

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUANA CAROLINA DE CASTRO GIL

**MERCADO FINANCEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE
DEWEY: proposta de expansão**

SÃO CARLOS – SP
2022

LUANA CAROLINA DE CASTRO GIL

MERCADO FINANCEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY: proposta de expansão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove

SÃO CARLOS – SP
2022

Gil, Luana Carolina de Castro

Mercado Financeiro na Classificação Decimal de Dewey:
proposta de expansão / Luana Carolina de Castro Gil --
2022.
79f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Paula Regina Dal'Evedove
Banca Examinadora: Paula Regina Dal'Evedove, Luzia
Sigoli Fernandes Costa, Priscila Machado Borges Sena
Bibliografia

1. Mercado financeiro. 2. Classificação Decimal de
Dewey. 3. Proposta de expansão. I. Gil, Luana Carolina
de Castro. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

LUANA CAROLINA DE CASTRO GIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em: 15 de julho de 2022.
Local: Sala de Seminários – DCI/UFSCar.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

Profa. Dra. Priscila Machado Borges Sena
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me mostrar que os obstáculos podem ser superados, assim como todo fim de uma maré alta sempre há o começo da calmaria. Agradeço também à Nossa Senhora, todos os anjos e santos do senhor por todas as preces atendidas.

Dedico à Enir Juliana Soares de Castro Gil e João Roberto de Castro Gil por serem pais maravilhosos, meus verdadeiros super-heróis, que nunca mediram esforços para me apoiarem e ajudarem a realizar os meus sonhos. Ao Lucas Roberto de Castro Gil, meu querido irmão, por ter me despertado a curiosidade de conhecer mais sobre o mercado financeiro. Ao Bruno Garofalo de Pádua, meu Amor, por todo apoio, incentivo e sempre se mantendo conectado com o meu coração.

À Universidade Federal São Carlos (UFSCar), lugar onde pude adquirir novos aprendizados, habilidades, construir amizades duradoras como a da Silvia Lima e conhecer futuros colegas de profissão.

A todos os docentes do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar, por todo ensinamento ao longo desses anos. Especialmente à Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove por toda ajuda e colaboração para o desenvolvimento deste trabalho e, que sempre esteve presente nesta trajetória acadêmica como professora, orientadora e tutora do Programa de Educação Tutorial. Ao Artur, Mônica e Renan por toda assistência.

Agradeço à Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa e Profa. Dra. Priscila Machado Borges Sena por fazerem parte da banca examinadora deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus familiares e amigos(as) que torceram e torcem por mim.

Para todos(as), um grande abraço!

Com carinho,
Luana Gil.

RESUMO

Os sistemas de classificação bibliográfica cumprem um papel de grande importância para a organização das obras no acervo, bem como recuperação da informação em bases de dados. Considerando-se que obter informações privilegiadas no contexto do mercado financeiro possibilita vantagem competitiva, questiona-se se a Classe 332 dedicada à Economia Financeira contempla em sua abrangência e detalhamento o assunto mercado financeiro? Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é porpor a expansão da representação de mercado financeiro na Classificação Decimal de Dewey (CDD). Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, que possui natureza aplicada e abordagem qualitativa. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica para analisar a literatura referente à temática, bem como identificar os termos utilizados no âmbito do mercado financeiro. Além disso, pautou-se na metodologia de Barité Roqueta (1990) para desenvolver a proposta de modificação do esquema de classificação. Como resultados, tem-se a possibilidade de inserção de cerca de cinquenta termos, que foram organizados mediante a ampliação de seis subclasses existentes e criação de outras sete subclasses. Conclui-se que a proposta pode contribuir com a organização do conhecimento acerca do mercado financeiro, bem como atender às necessidades informacionais dos usuários.

Palavras-chave: Mercado financeiro. Sistemas de Classificação. Classificação Decimal de Dewey. Proposta de expansão.

ABSTRACT

Bibliographic classification systems play a very important role in organizing works in the collection, as well as retrieving information from databases. Considering that obtaining privileged information in the context of the financial market provides a competitive advantage, the question is whether Class 332 dedicated to Financial Economics covers the financial market subject in its scope and detail? Therefore, the general objective of this research is to put the expansion of the representation of the financial market in the Dewey Decimal Classification (DDC). This is an exploratory and descriptive study, which has an applied nature and a qualitative approach. Therefore, a bibliographic research was carried out to analyze the literature on the subject, as well as to identify the terms used in the financial market. Furthermore, it was based on the methodology of Barité Roqueta (1990) to develop the proposal to modify the classification scheme. As a result, it is possible to insert about fifty terms, which were organized by expanding six existing subclasses and creating seven other subclasses. It is concluded that the proposal can contribute to the organization of knowledge about the financial market, as well as meet the informational needs of users.

Keywords: Financial Market. Classification Systems. Dewey Decimal Classification. Expansion proposal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Organograma do Sistema de Classificação | 23 |
| Figura 2 – Cronologia dos Sistemas de Classificação Bibliográficos | 25 |
| Figura 3 – Organograma do Sistema Financeiro Nacional | 45 |
| Figura 4 – Segmentação do Mercado Financeiro | 50 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Comparação dos sistemas de Bacon, Harris e Dewey | 33 |
| Quadro 2 – Tabelas auxiliares da CDD | 35 |
| Quadro 3 – Características positivas e negativas da CDD | 36 |
| Quadro 4 – Fatores de produção de bens e serviços | 42 |
| Quadro 5 – Produtos Negociados no Mercado Financeiro | 51 |
| Quadro 6 – Estudos que relacionam a Ciência da Informação com o mercado financeiro | 54 |
| Quadro 7 – Bases de Dados Estrangeiras | 58 |
| Quadro 8 – Análise de Expansão da Classe 332 da CDD | 65 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BRAPCI | Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação |
| CAPES | Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDD | Classificação Decimal de Dewey |
| CDU | Classificação Decimal Universal |
| DDC | Dewey Decimal Classification |
| DOC | Documento de Ordem de Crédito |
| OC | Organização do Conhecimento |
| OCLC | Online Computer Library Center |
| Plafir | Planejamento Financeiro Rural |
| SBPE | Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo |
| SOC | Sistemas de Organização do Conhecimento |
| TED | Transferência Eletrônica Disponível |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 Problema de Pesquisa | 14 |
| 1.2 Objetivos | 15 |
| 1.3 Justificativa | 16 |
| 1.4 Procedimentos Metodológicos | 17 |
| 1.5 Estrutura da pesquisa | 18 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 20 |
| 2.1 O ATO DE CLASSIFICAR..... | 20 |
| 2.1.1 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY | 30 |
| 2.1.2 PROPOSTAS DE EXPANSÃO DE ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA | 37 |
| 2.2 SISTEMA FINANCEIRO NO CONTEXTO ECONÔMICO..... | 40 |
| 2.2.2 O SISTEMA FINANCEIRO DO BRASIL | 44 |
| 2.2.3 MERCADO FINANCEIRO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | 53 |
| 3 MERCADO FINANCEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY | 63 |
| 3.1 Proposta de Expansão da Classe 332 | 68 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| REFERÊNCIAS | 75 |

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro, como objeto de pesquisa e discussão na Ciência da Informação brasileira, insere-se no contexto em que as pessoas procuram obter informações instantâneas, devido a sua capacidade de tornar o ambiente competitivo. Deste modo, o agente econômico que conseguir informações privilegiadas pode se destacar em relação ao outro.

De acordo com Castells (1999), em meados do século XX, iniciou-se um novo período na economia, no qual apresenta três principais características, sendo estas: informacional, global e rede. A primeira está relacionada com o processo de geração e aplicação da informação, que pode influenciar a competitividade empresarial. Já a segunda, refere-se a dimensão internacional em que as atividades produtivas, de consumo e circulação de bens e serviços podem alcançar. Por fim, ambas características se relacionam com o conceito de rede, uma vez que a revolução tecnológica possibilitou uma conexão mais rápida entre os agentes econômicos.

Um dos principais problemas contemporâneos refere-se à aquisição da informação ágil e qualificada. Na *internet* um grande número de conteúdo pode ser acessado, mas para filtrar as informações relevantes em uma pesquisa qualificada, surgiu a necessidade de criar novas atividades profissionais. Essas, por sua vez, foram desenvolvidas para atender as demandas da tecnologia e processamento da informação, tais como: pesquisador de mídia cibernética; *web designers*; especialista em *cyber security*, dentre outras possibilidades de atuação (JAMIL; NEVES, 2007).

Relativo aos impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no mercado financeiro, a sobrecarga da informação vivenciada pelos profissionais da área de finanças é analisada no estudo de Marcolin et. al (2015). Além disso, esses autores consideram a informação como matéria prima essencial nesse mercado, na qual pode

ser comparada como uma *commodity*¹, em que ambas são consideradas produtos indispensáveis para a produção de outros bens e serviços.

Outros pesquisadores brasileiros discutem como a Ciência da Informação pode colaborar de forma estratégica com o mercado financeiro. Lizzoni, Feiden e Feiden (2018), por exemplo, ressaltam que a projeção e o planejamento financeiro são primordiais para a tomada de decisão, pois fazem parte do delineamento da estratégia do empreendimento. No entanto, trata-se de uma etapa complexa que necessita de habilidade para a análise de dados, amparada pela elaboração de sistemas da informação que valoriza as necessidades do público alvo, contribuem para o compartilhamento da informação, tratamento dos dados e credibilidade dos resultados.

Por conseguinte, existe uma preocupação com as fontes de informação utilizadas no mercado financeiro. Barbosa (1997) evidencia que o gerenciamento da informação é importante para o estabelecimento de vantagem competitiva, da mesma forma que colabora para o desenvolvimento organizacional. Visto que, apesar de as TIC terem proporcionado ferramentas de última geração que armazenam e processam dados, há relatos de insatisfação com certos sistemas de informação. Tal descontentamento pode estar associado com o seu modo de implementação, contexto em que são usados e por não atenderem as necessidades informacionais dos usuários.

À vista disso, Cendón (2002) identifica dezenas de bases de dados estrangeiras que podem auxiliar na tomada de decisões mais ágeis daqueles que necessitam de informações sobre o mercado financeiro ou economia. Essa otimização colabora também para a economia da informação, na qual possibilita a obtenção do conhecimento de forma mais rápida. Silva, Pinheiro e Aguiar Filho (2021) consideram que o conhecimento é imprescindível para o desenvolvimento da inovação nas

¹ Termo usado para se referir à uma produção em larga escala de produtos primários, tais como: arroz; milho; minério de ferro e entre outras possibilidades.

instituições financeiras. Porém, ressaltam que o desafio é aconselhar a alta demanda com o curto prazo.

Essas lacunas causadas pela forma de utilização da informação podem originar novas possibilidades de atuação para os profissionais da Ciência da Informação no segmento do mercado financeiro. Nessa perspectiva, Carvalho (2008) propõe uma nova análise de investimento denominada de Análise Mediacional, na qual se baseia na influência da informação estratégica e no referencial teórico da temática da mediação da informação.

Sob o mesmo ponto de vista, Cruz e Gomes (2013) analisaram os impactos dos boatos e comunicados oficiais da Petrobrás, na oscilação da cotação dos preços de suas ações. Tais associações evidenciaram uma contribuição da Ciência da Informação para o mercado financeiro.

A partir do exposto, observa-se que a informação é considerada um dos principais insumos para o desenvolvimento de estratégias de negócios e vantagem competitiva. Desta forma, estudos que envolvem a Ciência da Informação em conjunto com o Mercado Financeiro podem contribuir para o surgimento de novas oportunidades de atuação profissional.

1.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa decorre de uma inquietação da pesquisadora sobre a representação da especialidade mercado financeiro nos sistemas de organização do conhecimento, mais precisamente nos sistemas de classificação bibliográfica. Apesar de a Classificação Decimal de Dewey ser frequentemente atualizada e expandida pela equipe editorial da Dewey² para atender as necessidades das bibliotecas e suas respectivas comunidades de usuários, a Classe 332 – Economia Financeira contempla em sua abrangência e detalhamento o assunto mercado financeiro?

² Todas as últimas alterações realizadas na CDD estão disponíveis na plataforma WebDewey, ambiente pago e disponível em: <https://dewey.org/webdewey/login/login.html>.

Observações nessa direção são importantes para revelar se os atuais sistemas de organização do conhecimento, amplamente empregados pelas bibliotecas, respondem às demandas da sociedade e promovem o acesso aos documentos e uma recuperação da informação que corresponda às necessidades informacionais de grupos especializados na temática.

Nesta perspectiva, parte-se para a exposição dos objetivos geral e específicos delineados para oferecer resultados que tragam respostas à pergunta de pesquisa ora evidenciada, tendo o compromisso de colaborar com as discussões teóricas e metodológicas dedicadas aos sistemas de classificação bibliográfica, sobretudo, a Classificação Decimal de Dewey.

1.2 Objetivos

A pesquisa possui como objetivo geral propor a expansão da representação de mercado financeiro na Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Para cumprir o objetivo geral delineado, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar as principais temáticas relacionadas ao estudo – Mercado Financeiro e Classificação Decimal de Dewey, tendo como referência a literatura proveniente da Economia e Ciência da Informação;
- b) Mapear conceitos relevantes e representativos do mercado financeiro;
- c) Analisar a Classe 332 – Economia Financeira da 22ª Edição da Classificação Decimal de Dewey; e
- d) Apresentar uma proposta de expansão da Classe 332 – Economia Financeira mediante a inserção de conceitos oriundos da literatura especializada e representativos do mercado financeiro.

1.3 Justificativa

Estudos dedicados aos sistemas de classificação mostram-se cada vez mais necessários em uma sociedade sociocultural constituída por especialidades do conhecimento e grupos sociais diversos. Colaborar com estudos dedicados à expansão dos sistemas de classificação revela-se uma ação necessária na Ciência da Informação, de modo que os seus limites não excluam grupos e sujeitos no processo de busca e acesso às informações e aos documentos, além de considerar o dinamismo das áreas e contextos especializados.

A expansão aqui apresentada busca colaborar para uma melhor ordenação das obras dedicadas ao tema mercado financeiro nas estantes das bibliotecas e com a recuperação da informação em bases de dados.

Com isso, consideramos o que Barbosa (1969) postulava: a expansão como uma das principais qualidades dos sistemas de classificação bibliográfica. Assim, esses sistemas devem ser ajustáveis à expansão dos conhecimentos humanos, conforme evidenciam Tabosa, Cardoso e Albuquerque (2015, p. 153):

A ciência e o conhecimento são instituições que nunca para, de se desenvolver, pois refletem o afã de autosuperação inerente ao homem, que tem sede inesgotável de novas descobertas. Descubrem-se novas fontes de conhecimento que, por sua vez, criam outros mais inéditos. Especializados. A Biblioteconomia deve contemplar, sempre que possível, todos os assuntos até então existentes. Dessa forma, porque não criar novas classificações para temas ainda não contemplados, quando existem para o mundo da ciência?

Soma-se a essas considerações sociais e científicas para o desenvolvimento da pesquisa, a motivação pessoal da pesquisadora, a qual decorre do interesse de explorar o campo da interdisciplinaridade presente na área da Ciência da Informação. Para tanto, a economia em conjunto com o mercado financeiro foram temáticas escolhidas pelos impactos que ambas podem provocar no cotidiano das pessoas, que podem ser de forma positiva ou negativa. Da mesma maneira que as

informações geradas nesse contexto são capazes de influenciar as tomadas de decisões de governantes, investidores e os demais agentes econômicos.

Diante do cenário da era da informação, na qual um grande volume de dados, informações e produções científicas são criados sobre o mercado financeiro, considera-se oportuno e motivador colaborar para a atualização dos sistemas de classificação do conhecimento, de modo a contribuir para a organização e acesso aos documentos provenientes dessa especialidade.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que possui natureza aplicada e abordagem qualitativa. Como procedimentos metodológicos, elegeu-se a pesquisa bibliográfica para viabilizar a elaboração da fundamentação teórica. Para tanto, foram realizadas buscas em diversas bases de dados para obtenção de materiais bibliográficos diversos dedicados aos temas aqui trabalhados. As buscas ocorreram nos meses de outubro de 2021 a fevereiro de 2022, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), sendo considerados artigos científicos e trabalhos científicos provenientes dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs), além de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

As buscas foram realizadas a partir dos seguintes termos empregados nos campos título, resumo e palavras-chave, sem delimitação temporal: sistema de organização do conhecimento, sistemas de classificação, classificação documentária, Classificação Decimal de Dewey, expansão de classe e mercado financeiro. Não buscou, portanto, realizar uma extensa revisão de literatura ou revisão sistemática. A ideia foi obter materiais diversos provenientes da Economia e Ciência da Informação que cumprissem com o objetivo de oferecer um entendimento sobre as

temáticas, o que resultou nas breves considerações teóricas apresentadas na próxima seção. Estas considerações teóricas oferecem condições para a análise da temática mercado financeiro na Classificação Decimal de Dewey, viabilizando a identificação e escolha dos termos incluídos na proposta de expansão da temática.

No segundo momento, recorreu-se à metodologia para modificação de esquemas de classificação proposta por Barité Roqueta (1990). Esta etapa, em particular, é descrita na seção 3 desta pesquisa.

1.5 Estrutura da pesquisa

Além da Introdução, o Trabalho de Conclusão de Curso contempla outras três seções, bem como a lista de referências utilizadas.

A seção 2, intitulada "REVISÃO DE LITERATURA", apresenta algumas considerações teóricas sobre as temáticas contempladas na pesquisa. A primeira parte contempla a classificação na abordagem da organização da informação, os sistemas de classificação bibliográfica, especificamente a Classificação Decimal de Dewey (*Dewey Decimal Classification* - CDD) e a exposição de alguns estudos dedicados à expansão de esquemas de classificação. No segundo momento, a exposição é direcionada para o sistema financeiro no contexto econômico e no Brasil.

A seção 3, intitulada "MERCADO FINANCEIRO E A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY", apresenta a atual representação para mercado financeiro na Classificação Decimal de Dewey, considerando a 22ª Edição. Uma subseção é construída para a apresentação da proposta de expansão do referido sistema de classificação, de modo a contemplar com maior nível de detalhamento o assunto mercado financeiro e suas especialidades.

Na seção 4, intitulada "CONSIDERAÇÕES FINAIS", apresenta-se uma síntese geral da pesquisa, com atenção aos resultados aqui obtidos. Busca-se, com isso, evidenciar as principais dificuldades encontradas e as

reflexões obtidas com os resultados alcançados, a fim de contribuir com estudos futuros sobre a expansão dos sistemas de classificação vigentes, assim como com estudos dedicados ao mercado financeiro na Ciência da Informação. Por fim, são apresentadas as Referências empregadas no desenvolvimento da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como propósito contextualizar a classificação bibliográfica aplicada à organização da informação, bem como identificar os sistemas de classificação existentes. Após a apresentação desse panorama geral, enfatiza-se a Classificação Decimal de Dewey e a exposição de alguns estudos que retratam possibilidades de expansão de suas classes. Além disso, apresenta-se conceitos referentes ao mercado financeiro e sua relação com a Ciência da Informação.

Dessa forma, esta seção responde aos dois primeiros objetivos específicos, sendo o primeiro destinado à - Contextualizar as principais temáticas relacionadas ao estudo - Mercado Financeiro e Classificação Decimal de Dewey, tendo como referência a literatura proveniente da Economia e Ciência da Informação. Já o segundo visa - Mapear conceitos relevantes e representativos do mercado financeiro.

2.1 O ATO DE CLASSIFICAR

A preocupação do ser humano em representar o ambiente ao seu entorno e registrar os acontecimentos que marcaram a sua história são ações intrínsecas na natureza humana desde a era primitiva. À vista disto, ao longo do tempo diversas percepções do mundo e conhecimento foram produzidas e registradas em diferentes suportes. Com isso, surgiu a necessidade de criar sistemas de classificação com o propósito de organizar o conhecimento humano registrado.

A gestão de informações se caracteriza, entre outras atividades igualmente importantes, pela reflexão sobre formas de ordenar o conhecimento. Assim, um dos seus focos de atenção recai exatamente sobre o problema da classificação e organização do saber registrado em seus mais variados tipos de suportes, pois é necessário identificar, selecionar e disponibilizar o patrimônio intelectual da humanidade de modo organizado e preciso (ARANALDE, 2009, p. 87).

Além desse ponto de vista, Aranalde (2009) reflete sobre a elaboração de categorias baseadas nas percepções de Aristóteles, Kant e Ranganathan, em que cada intelectual contribuiu para a organização do conhecimento por meio da apresentação de seus conceitos. Aristóteles compreende que tais princípios classificativos estão relacionados com os "modos de ser", enquanto Kant os associa com os "modos de pensar" e Ranganathan cria categorias para formular seu sistema de classificação (ARANALDE, 2009).

O ato de classificar envolve fatores externos ao indivíduo, bem como raciocínio lógico e demais processos mentais de percepção. Para Piedade (1983, p. 16) "classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas várias semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos".

Trata-se, portanto, de uma atividade complexa que possui um certo grau de subjetividade, uma vez que se relaciona com o processo cognitivo individual. No entanto, o ponto de vista adotado pelo classificador pode influenciar o resultado final, pois a classificação de um determinado assunto é capaz de ter diversas interpretações.

Por conseguinte, Torres (2015) considera que a classificação possibilita uma melhor compreensão de si mesmo e do mundo. Em razão de separar as semelhanças e diferenças existentes por meio de uma visão crítica, descritiva e hierárquica. Além disso, a categorização permite o estabelecimento de agrupamentos, aproximação e ordenação dos conceitos.

De acordo com o Comitê Técnico de Pesquisa de Classificação da FID/CR (1973 *apud* CAMPOS, 2001, p. 19) no processo de classificação utiliza-se qualquer método para analisar as relações entre os itens de informação. Estes, por sua vez, independem do grau de hierarquia utilizado e o modo de aplicação nos sistemas de informação.

No que tange às variedades de classificação, Pereira et al (2009, p. 2) indicam que esta pode ser dividida em três diferentes grupos, a saber:

- Classificação social: está relacionada com a natureza humana e o processo cognitivo. Esta categoria sofre influencia da personalidade das pessoas, visto que cada indivíduo pode apresentar uma percepção de mundo diferente;
- Classificação filosófica: caracteriza-se por ser mais elaborada e se orienta em determinar e hierarquizar o conhecimento humano; e
- Classificação bibliográfica: destinada à organização e localização dos documentos com o propósito de facilitar o acesso à informação.

Sob outra perspectiva, Bliss (*apud* PIEDADE, 1983, p. 66) considera que a diferença existente entre a classificação do conhecimento e a classificação de livros não ocasiona aplicações desfavoráveis, uma vez que

Há, na verdade, dois tipos de classificação, de um lado a lógica, natural e científica, de outro lado a prática, arbitrária e utilitária; mas na classificação de bibliotecas, devemos unir estas duas, as duas finalidades devem ser combinadas.

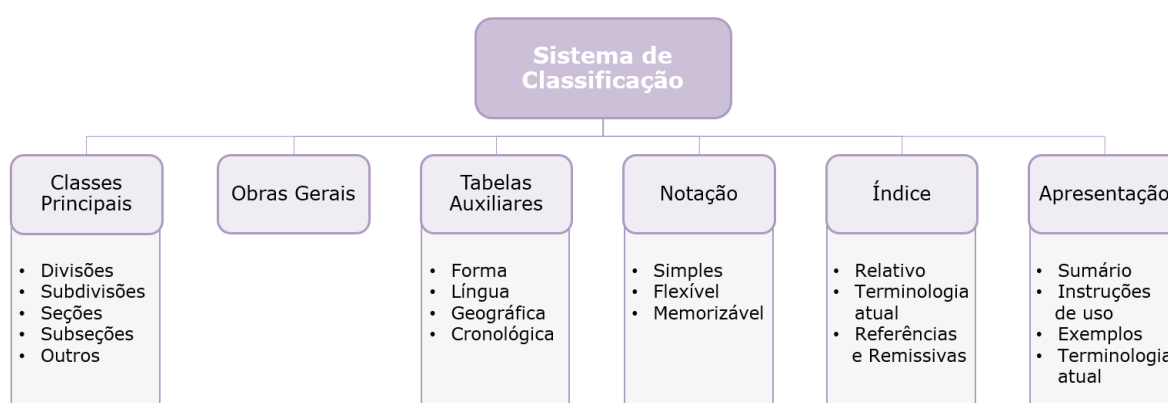
Com isso, apesar de haver diferentes tipos de classificação, ao considerar o cenário da organização do acervo de uma biblioteca, torna-se necessário aliar as experiências práticas com o conhecimento teórico.

A classificação bibliográfica permite a inserção de novos livros na coleção sem comprometer a ordem lógica; possibilita a localização de um livro dentro da coleção e facilita a consulta, retirada e devolução das obras (BARBOSA, 1969). Para tanto, a sua estrutura pode ser enumerativa, analítico-sintética ou semi-enumerativa.

As classificações que se estruturam de forma enumerativa, caracterizam-se por indicar os assuntos prontos e suas respectivas combinações entre si. Já as classificações analítico-sintéticas, também conhecidas por serem facetadas, exibem listas dos conceitos e apresentam símbolos que podem ser utilizados pelo classificador para a representação do assunto. Por fim, as semi-enumerativas combinam as propriedades das classificações enumerativas e facetadas (PIEADDE, 1983).

Devido à necessidade da organização do acervo de modo ordenado para melhor atender as necessidades informacionais dos usuários, ao longo do tempo diversos sistemas de classificação foram elaborados. Tais sistemas apresentam alguns elementos que são importantes em sua composição. Barbosa (1969) identifica esses requisitos essenciais, os quais são descritos na Figura 1.

Figura 1. Organograma do Sistema de Classificação



Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseado em Barbosa (1969).

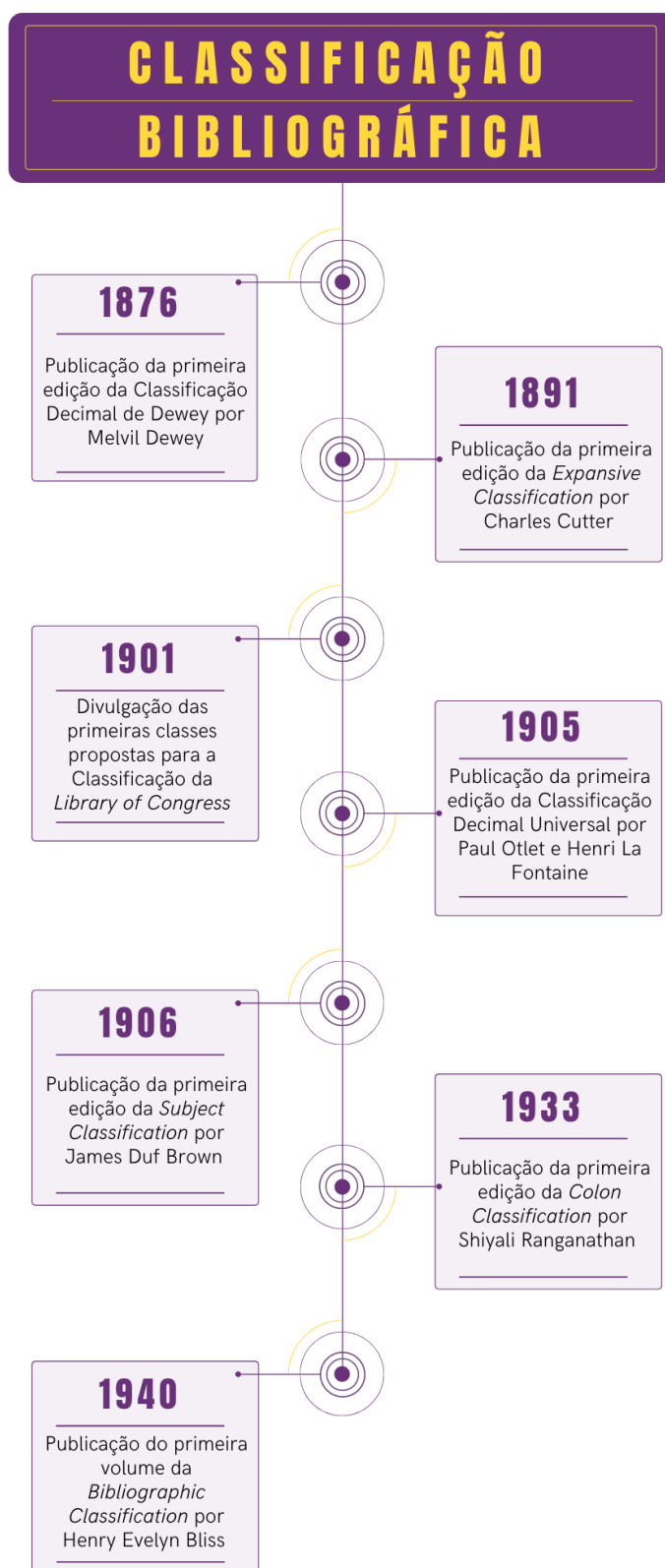
À vista disso, o organograma evidencia que em um sistema de classificação bibliográfico existem as classes principais, estas por sua vez são capazes de se subdividirem em várias outras subclasses. As obras gerais se caracterizam por terem assuntos genéricos que não conseguiram ser inseridos em uma classe específica.

Por conseguinte, as tabelas auxiliares contribuem para a classificação de assuntos que possuem relação com um determinado período, espaço geográfico, forma e língua. Já as notações representam os assuntos por meio de símbolos numéricos ou alfanuméricos. Dessa forma, uma notação pode ser considerada simples quando se utiliza apenas números. No entanto, a propriedade flexível se relaciona com a possibilidade de inserção de novos assuntos no sistema.

Em sequência aos requisitos de um sistema de classificação, o índice pode ser considerado um dos atributos mais importantes. Uma vez que ao

apresentar a listagem alfabética dos termos, relacionando com a notação que o representa, auxilia na atividade de classificação dos assuntos. Por fim, a apresentação de um determinado sistema torna-se essencial para que o classificador possa ter entendimento de como aplicar as orientações preestabelecidas.

Os sistemas de classificação bibliográficos ganharam destaque durante os séculos XIX e XX. Esse período foi marcado pelas publicações de diversas propostas de classificação. A Figura 2 mostra a linha do tempo com os principais sistemas de classificação bibliográfica, conforme segue:

Figura 2. Cronologia dos Sistemas de Classificação Bibliográficos

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesta perspectiva, a Classificação Decimal de Dewey pode ser considerada um dos sistemas de classificação bibliográficos mais antigos, visto que a sua publicação aconteceu em meados do século XIX pelo bibliotecário Melvil Dewey.

Dewey não foi o primeiro a dividir os livros de uma biblioteca por assunto, mas foi o primeiro a atribuir símbolos de classificação aos próprios livros. Até então algumas bibliotecas separavam estantes para grandes assuntos e nelas reuniam os livros pertinentes, ordenando-o por tamanho ou por ordem de aquisição (PIEADADE, 1983, p. 87).

Deste modo, observa-se a grande contribuição inovadora de Dewey para a organização do conhecimento. Ao utilizar números em ordem decimal para representar os assuntos, estabeleceu um grande marco na história da classificação.

Para tanto, o conhecimento foi dividido em dez grandes classes principais que são representados por números decimais. Porém, foram excluídos o zero e vírgula antecidos do numeral, por exemplo: o 0,1 transformou-se em 100. À vista disto, a CDD apresenta o padrão de utilizar três algarismos para representar uma classe, assim nenhum número possui menos de três dígitos. No entanto, as centenas incompletas são preenchidas por zeros.

Além da utilização de algarismos numéricos, esse sistema utiliza em sua notação um ponto a cada três dígitos até o alcance da especificidade desejada. Dessa forma, esse sistema proporcionou um método simples para a criação de notações e representação dos assuntos, que ainda pode ser adotado por diversas bibliotecas ao redor do mundo.

Por outro lado, Charles Ammi Cutter não concordou com a proposta de classificação de Dewey, pois acreditava que a expansão do sistema deveria ser proporcional ao crescimento da biblioteca. Desse modo em 1891 publicou o seu próprio sistema, denominado por Classificação Expansiva, na qual se caracteriza por cada classe ser mais específica do que a classe anterior.

Com isso, o sistema possui um total de sete classes publicadas, entretanto, devido ao óbito do autor durante o desenvolvimento da sétima classe, esta última ficou incompleta. Quanto a sua estrutura, Cutter representou as classes principais por letras alfabéticas em maiúsculos, já na sua notação também pode ser utilizado ponto e números.

Por conseguinte, no ano de 1800 a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress*) organizou o seu acervo considerando o tamanho do livro. Mas com o passar das décadas houve um aumento no número de coleções, com isto os bibliotecários Martel e Hanson tiveram como missão elaborar um novo sistema de classificação, este sendo baseado nos modelos de Cutter. Dividiram o conhecimento em 20 classes principais que foram representadas pelas letras maiúsculas do alfabeto, apenas omitiram as letras I, O, W, X e Y. Essas classes principais são publicadas individualmente, sendo as classes E e F as primeiras a serem publicadas em meados do ano 1901, nas quais se referiam à História e Geografia da América. Além disso, a sua notação abrange algarismos arábicos, de 1 a 9.999 antecedido de um ponto.

De acordo com Pereira et al (2009, p. 7):

O sistema da Biblioteca do Congresso tem a flexibilidade para classificar qualquer tipo de material, é muito detalhado, bastante enumerativo, porém recorrente à síntese, quando aplicada suas inúmeras tabelas auxiliares. É um esquema prático, para aqueles que acreditam em soluções simples.

Tal afirmação sugere a hipótese de que outras bibliotecas podem adotar o seu sistema de classificação, por causa da mesma proporcionar praticidade. Ou até mesmo inspirar a criação de novos sistemas do mesmo modo que sua criação teve influência do sistema proposto por Cutter.

Por analogia, a Classificação Decimal Universal (CDD) também foi elaborada e fundamentada em um sistema de classificação já existente. Nessa circunstância Paul Otlet e Henri La Fontaine idealizaram a CDU baseados no modelo de divisão do conhecimento da CDD, visto que ambas dividiram o conhecimento em dez classes principais. Porém, ressalta-se

que dessas dez classes, apenas a classe 4 permanece vaga desde a década de 1960.

A notação da CDU apresenta algumas características que a diferem da CDD, tais como: representação das classes principais por apenas um algarismo ao invés de três; notação mista, na qual pode conter letras, números e sinais de pontuação; e síntese de dois ou mais assuntos. Portanto, a CDU pode ser compreendida como

[...] um sistema hierárquico, com base filosófica, mas no qual, graças à utilização de sinais gráficos, diz-se que surge a tentativa de classificação em facetas, cujo primeiro emprego consciente apareceu na Classificação de Dois Pontos, da autoria de Ranganathan (PIEIDADE, 1983, p. 74).

Diante desta afirmação, percebe-se que a CDU ao utilizar esses instrumentos sintagmáticos para a representação do conhecimento, apresentou a possibilidade de classificar o assunto de um modo mais específico. Com isso, essa ação pode tornar o acesso à informação de maneira mais otimizado.

No ano seguinte à publicação da CDU, James Duff Brown publica a primeira edição do seu sistema de classificação cujo título é *Subject Classification*. Dessa forma, Brown acreditava que o conhecimento originava a partir de quatro grupos essenciais, sendo estes: Matéria e Força; Vida; Razão e Registro. Destacava também a combinação dos assuntos, na qual envolvia o princípio material com a sua respectiva finalidade. Isso posto, “primeiro surgiram a Matéria e a Força, que geraram a Vida, esta produziu a Razão, que deu origem ao Registro dos fatos” (PIEIDADE, 1983, p. 174). Desta forma, observa-se que Brown considerou a ordem evolutiva para elaborar o seu sistema.

Quanto aos esquemas de notação, estes podem ser considerados mistos. Uma vez que são compostos pela maioria das letras do alfabeto, bem como numerais em ordem aritmética. Além disso, há a utilização de alguns sinais, especificamente: ponto, mais e barra oblíqua.

Em contrapartida, o uso desses algarismos em ordem aritmética pode dificultar a expansão do sistema de classificação, pois a inclusão de

novos assuntos fica dependente da subclasse incompleta. Mesmo não sendo um dos sistemas de classificação mais utilizados na contemporaneidade, a proposta de Brown em apresentar um sistema que proporcionasse uma localização única do assunto o tornou um dos grandes percursores de sua época.

Em meados da década de 1930, Shiyali Ranganathan divulgou a *Colon Classification*, na qual ficou reconhecida por Classificação dos Dois Pontos. Este sistema se caracteriza por ser analítico-sintético, pois permite a síntese de vários conceitos e ampla interligações dos assuntos.

A motivação para a criação dessa proposta surgiu a partir da necessidade de aplicar nas bibliotecas um sistema de classificação mais flexível dos que eram utilizados na época. Para tanto, o autor passou a utilizar dois pontos para relacionar conceitos distintos.

Quanto a sua estrutura, Ranganathan dividiu o conhecimento em 41 classes principais. No entanto, a sua notação pode ser considerada mista, em virtude de conter letras do alfabeto, letras gregas, números, sinais de pontuação e sinais gráficos. Tais características proporcionam um sistema bastante expressivo e hierárquico.

Por fim, Henry Evelyn Bliss publicou o primeiro volume de seu sistema de classificação em 1940, no qual foi intitulado por *Bibliographic Classification*. Desta forma, este autor dividiu o conhecimento conforme o consenso educacional da época, no qual se organizou em quatro classes principais, sendo estas: Filosofia; Ciência; História; Tecnologia e Arte.

A hierarquia dessas classes se estabelece de acordo com o grau de semelhança dos assuntos. Em relação a notação, esta possui característica mista composta por números, letras do alfabeto e sinais gráficos.

A proposta de Bliss não apresentou uma ordem de citação. Desta maneira, concedeu liberdade ao classificador, bem como possibilidade de classificações alternativas. Porém, esta particularidade é capaz de tornar o sistema indefinido e gerar dúvidas no momento da ordenação do material bibliográfico.

Em suma, verificou-se que o ato de classificar está presente desde os primórdios da humanidade. No entanto, em um determinado período da história surge a necessidade de classificar o conhecimento de modo mais padronizado. Desta forma, foram criados diversos sistemas de classificação bibliográficos com o intuito de promover a organização e localização de documentos, possibilitando assim um acesso mais rápido à informação.

Diante de notáveis sistemas de classificações, destaca-se neste trabalho a Classificação Decimal de Dewey, o qual será melhor detalhado na seguinte seção.

2.1.1 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY

A Classificação Decimal de Dewey foi criada por Melville Dewey, porém, a divulgação da sua primeira edição ocorreu de forma anônima em meados de 1876. No início, a obra era intitulada por *Classification and Subject Index for Cataloging and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*. Esta consistia em um folheto que apresentava a divisão do conhecimento humano em torno de 1000 classes, nas quais foram dispostas em suas 42 páginas. O índice relativo proposto por Dewey foi considerado uma inovação para época, uma vez que os sistemas anteriores não possuíam índice (PIEIDADE, 1983).

Por conseguinte, em 1885 foi publicado a segunda edição cujo título era *Decimal Classification and Relative Index*, desta vez Dewey assumiu a autoria do sistema de classificação. No entanto, apenas a partir da décima sexta edição que o nome da obra foi modificado para *Dewey Decimal Classification* (DDC), mas que é denominada em português por Classificação Decimal de Dewey (CDD) (ANDRADE; BRUNA; SALES, 2011).

Desta forma, ao longo do tempo a CDD obteve diversas edições, sendo a de 2011 a mais atual que corresponde à vigésima terceira edição. No que tange à compreensão da ordem das classes, esta pode estar associada à lógica. Conforme explicado por Piedade (1983, p. 89):

O homem começou a pensar e a procurar uma explicação para a sua existência, e assim surgiu a Filosofia; incapaz de desvendar o mistério imaginou a existência de um ser supremo que o havia criado, surge a Religião; multiplicando-se o homem passa a viver em sociedade e vêem as Ciências Sociais; sente necessidade de se comunicar com os companheiros e cria as línguas; passa então a investigar os segredos da natureza e temos as Ciências Puras; de posse destes conhecimentos procura deles tirar proveito, aparecendo as Ciências Aplicadas; e, agora, já se sentindo capaz de criar, dá origem às Artes e à Literatura; finalmente encontramos a História que conta como tudo se passou.

Diante desta afirmação, torna-se mais fácil a compreensão do motivo pelo qual Dewey dividiu o conhecimento humano em dez classes principais, a saber:

000 Ciência da computação, informação e trabalhos gerais

100 Filosofia e Psicologia

200 Religião

300 Ciências Sociais

400 Línguas

500 Ciências Puras

600 Ciências Aplicadas

700 Artes e Recreação

800 Literatura

900 História e Geografia

À vista disto, Dewey utiliza números decimais para organizar o conhecimento, porém, antes de sua criação, Lacroix du Maine já tinha os utilizados em 1583 na organização da disposição dos livros da biblioteca do rei Henrique II. Por analogia, Nathaniel Shurteff publicou em 1856 *A Decimal System for Arrangement and Administration of Libraries* com a proposta de ordenar os livros de maneira fixa na estante, por meio da utilização de números decimais (PIEDADE, 1983).

Deste modo, Dewey se baseou em outros sistemas filosóficos antes de criar a sua própria versão bibliográfica, sendo o sistema de William

Torrey Harris o que mais se assemelha com o seu sistema de classificação. Para Barbosa (1969), Dewey ainda pode ter sido influenciado de forma indireta pelo modelo de Bacon, pois utiliza as seguintes características: Memória; Imaginação e Razão.

Tais elementos foram primordiais para a divisão das classes principais de seu sistema. Para tanto, o Quadro 1 representa a comparação desses dois importantes sistemas que influenciaram a criação de Dewey. Desta forma, essas características que são comuns aos três sistemas foram destacadas separadamente por cores diferentes.

Quadro 1. Comparação dos sistemas de Bacon, Harris e Dewey

| Bacon - 1623 | | | Harris - 1870 | | Dewey - 1876 | | Classes Dewey |
|-------------------|-----------|---------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|------------------|---------------|
| Memória | História | Natural | Razão | Filosofia | Obras gerais | | 000 |
| | | Civil | | Religião | Razão | Filosofia | 100 |
| Imaginação | Poesia | Narrativa | | Ciências sociais e políticas | | Religião | 200 |
| | | Dramática | | Ciências naturais e aplicadas | | Ciências sociais | 300 |
| | | Alegórica | Imaginação | Belas-Artes | | Filologia | 400 |
| Razão | Filosofia | Poesia | | Ciências puras | 500 | | |
| | | Ficção | | Ciências aplicadas | 600 | | |
| Razão | Filosofia | Ciência de Deus | Memória | Miscelânea literária | Imaginação | Belas Artes | 700 |
| | | Ciência da natureza | | Geografia e viagem | | Literatura | 800 |
| | | Ciência do homem | | História civil | Memória | Geografia | 900 |
| | | | | Biografia | | Biografia | |
| | Apêndice | Miscelânea | História | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de Barbosa (1969, p. 203).

Constata-se que o sistema de Dewey apresenta características comuns com os modelos propostos por Bacon e Harris, pois diante da concepção referente à razão apresenta: Filosofia; Religião; Ciências sociais e Ciências aplicadas. Estas estão presentes em pelo menos um modelo de sua influência. Na concepção de imaginação, Belas-Artes também é encontrada no modelo de Harris, já a Literatura pode ser tratada de modo similar com a classe Miscelânea literária também proposta por Harris. Por fim, na concepção de memória, todas apresentam associações com a história.

Desta forma, a CDD trata-se de um sistema de classificação hierárquico e decimal. A classe principal é representada por três algarismos, no entanto, estas classes podem ser subdivididas. Sua notação pode ser preenchida por zeros e acréscimo de um ponto a cada três dígitos, com o propósito de classificar assuntos mais específicos, tal como:

300 Ciências Sociais

330 Economia

332 Economia Financeira

332.2 Instituições bancárias especializadas

332.3 Instituições de crédito e empréstimo

Com isto, verifica-se que a classe subordinada pertence a uma classe que possui uma notação de número menor. Assim, as “Instituições bancárias especializadas” e “Instituições de crédito e empréstimo” são coordenadas entre si, pois estão no mesmo nível hierárquico, mas por serem mais específicas tornam-se subordinadas à subclasse de Economia Financeira. Esta, por sua vez, é subordinada à classe de Economia que está subordinada à classe principal de Ciências Sociais.

A notação da CDD é considerada pura, pela razão de ser composta apenas por algarismos numéricos e o ponto. Além disso, o sistema de

Dewey mais recente apresenta seis tabelas auxiliares. O Quadro 2 detalha as propriedades e possibilidades de aplicações de cada tabela.

Quadro 2. Tabelas auxiliares da CDD³

| Tabela | Propriedades |
|---------------|--|
| 1 | Subdivisões padrões aplicáveis a qualquer classe principal |
| 2 | Relaciona-se com as áreas geográficas, períodos históricos e biografia. Aplicável a qualquer classe principal. |
| 3 | Subdivisões que estão relacionadas com as classes 700 e 800 |
| 4 | Subdivisões que estão relacionadas com a classe 400 |
| 5 | Referente aos grupos étnicos e nacionais |
| 6 | Referente as línguas |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Desta maneira, estas tabelas auxiliares são capazes de possibilitar a classificação de assuntos mais específicos. Portanto, a estrutura da CDD da vigésima terceira edição é composta pela: introdução, na qual apresenta uma breve descrição de como utilizar a CDD; glossário para a definição de termos; manuais que pode ser utilizado como um guia no momento da classificação; tabelas auxiliares; resumos; organização do conhecimento em classes; por último apresenta o índice relativo que consiste em uma lista alfabética de assuntos, no qual pode correlacionar propriedades comuns dos assuntos com as classes do sistema.

Com isto, dentre os elementos que compõe a CDD, o índice relativo pode se destacar, pois trata-se de uma linguagem de indexação, na qual contribui para a recuperação da informação de modo mais otimizado. Diante desta perspectiva, segundo Langringe (2006, p. 108) “um esquema de classificação é uma linguagem de indexação que produzirá um índice final arranjado em ordem sistemática”. Esta afirmação, pode

³ Conforme disponível em:
<https://www.oclc.org/content/dam/oclc/dewey/versions/print/intro.pdf>

estar associada com a identificação de assuntos que serão classificados e recuperados por meio das notações, estas estão dispostas em ordem sistemática.

Por outro lado, assim como todo sistema de classificação, a CDD dispõe de características positivas e negativas. No entanto, estas podem variar a depender da unidade de informação que será aplicada. Visto que a CDD tem por característica a abrangência de assuntos gerais e notação pura, provavelmente atenderia melhor as necessidades de uma biblioteca pública ao invés de uma biblioteca especializada. No Quadro 3 é possível comparar algumas características positivas e negativas desse sistema.

Quadro 3. Características positivas e negativas da CDD

| | Características Positivas | Características Negativas |
|------------|--|--|
| CDD | Permitir a organização e acesso a documentos e informação pelo seu conteúdo. | Possibilidade de haver classificação muito abrangente, tendo em vista que depende muito da interpretação do classificador. |
| | A inteligência da CDD está na escolha de números decimais para suas categorias; isto permite que o sistema seja ao mesmo tempo puramente numérico e infinitamente hierárquico. | Custo das tabelas. |
| | Uniformização Internacional da Informação. | Não é publicada em português. Necessidade de pessoal treinado e capacitado para seu uso. |

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de Andrade, Bruna e Sales (2011, p. 40).

Deste modo, a uniformização da internacional da informação pode estar relacionada com o uso de algarismos arábicos e notação pura, ambos são reconhecidos internacionalmente. Além disso, a flexibilidade e o seu índice relativo também podem ser considerados aspectos positivos.

Quanto aos aspectos negativos, pelo fato de tratar-se de uma classificação abrangente, pode dificultar a classificação de assuntos mais específicos. Desta forma, possibilita a exposição de hipóteses para a expansão de determinadas classes, tal como objetiva-se neste trabalho. Os custos do sistema seguem no momento atual os critérios estabelecidos pela *Online Computer Library Center (OCLC)*, pois esta instituição detém os direitos autorais da CDD.

Em suma, a CDD refere-se a um importante sistema de classificação bibliográfico que colabora para a organização do conhecimento. Apesar dos seus aspectos negativos, a mesma utiliza elementos que possui conhecimento internacional, desta forma pode ser considerada um dos sistemas mais utilizados pelas unidades de informações em âmbito mundial.

2.1.2 PROPOSTAS DE EXPANSÃO DE ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Na literatura da Ciência da Informação, identificou-se diferentes estudos que abordam a temática de expansão de esquemas de classificação. Para os sistemas de classificação atenderem as novas demandas das produções científicas, torna-se necessário as suas constantes atualizações. Esta ação além de possibilitar a inserção e classificação de novas terminologias, também contribui para atender as necessidades informacionais dos usuários.

De acordo com Tabosa, Cardoso e Albuquerque (2015, p. 143) "os sistemas de classificação não podem se mostrar fechados nem definitivos, mas, ao contrário, devem estar em permanente construção". Tal afirmação reforça o caráter modificável dos sistemas de classificações. Deste modo, estes autores analisaram quatro propostas de expansão com o propósito de verificar a possibilidade de expansão e melhorias dos sistemas de classificação bibliográfica, a saber:

- Proposta de Carvalho (2002): Conhecida por Classificação Decimal de Direito, uma vez que está associada com a expansão da classe 340 (Direito) da CDD que teve inicialmente o propósito de melhorar a organização do acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. A lógica notacional da CDD foi mantida, no entanto, foram inseridas outras quatro classes: 341 (Direito Público); 342 (Direito Privado); 343 (Direito Canônico) e 344 (Direito Romano). Além destas classes principais, o autor sugere o acréscimo de subclasses correspondentes;
- Proposta de Holanda (2002): Também propôs a ampliação da classe de Direito, na qual teve o intuito de facilitar o gerenciamento do acervo do setor Jurídico do Banco do Nordeste do Brasil. A autora baseou-se na notação 340 da CDD e sugeriu a criação de dez classes principais, bem como as suas subclasses correspondentes para englobar a classificação de assuntos referentes à área de Direito. Portanto, as classes principais sugeridas são: 340 (Direito em Geral); 341 (Direito Constitucional); 342 (Direito Civil); 343 (Direito Comercial); 344 (Direito Romano); 345 (Direito Do Trabalho); 346 (Direito Tributário); 347 (Direito Processual Civil); 348 (Direito Internacional) e 349 (Direito Penal);
- Proposta de Tabosa e Cardoso (2011): Após a verificação de que o Brasil iniciou-se recentemente com as atividades de cunicultura⁴, na qual o negócio apresenta a possibilidade de expansão. Os autores propõem a expansão na CDU para inserir a classificação de coelhos de raça, dado que se trata de um assunto conhecido mundialmente. Para tanto, o novo esquema de classificação teve como base os padrões internacionais de raça de coelho, bem como a lógica notacional da CDU. Deste modo, a categorização das classes estão relacionadas com o fenótipo dos animais. Por meio da identificação da notação 636.92 (Coelhos domésticos) da CDU, os autores alteraram-na para Coelhos de raça e a subdividiu em nove classes,

⁴ Refere-se à criação e comercialização de coelhos.

sendo estas: 636.921 (Castor Rex); 636.922 (Coelhos difusos); 636.923 (Coelhos negros); 636.924 (Coelhos prateados); 636.925 (Coelhos avermelhados); 636.926 (Coelhos brancos); 636.927 (Coelhos azuis); 636.928 (Coelhos cinza) e 636.929 (Coelhos sem raça definida). Além destas classes principais, os autores sugeriram o acréscimo de subclasses correspondentes; e

- Proposta de Albuquerque (2011): Sugeriu a expansão da classe de Literatura com o propósito da mesma contemplar assuntos referentes à Literatura popular e de cordel, uma vez que se identificou a ausência de representatividade da temática nos esquemas de classificações existentes. Com isto, o diferencial da proposta da autora em relação aos outros acima mencionados, trata-se da possibilidade de ser implementado em diferentes sistemas de classificações, pois a mesma não delimita um sistema em específico. Além disto, o intuito da autora foi o de identificar os assuntos abordados na literatura popular e de cordel, portanto, a mesma não formulou notações. Foram elaboradas vinte e sete classes para a classificação bibliográfica, bem como mapas conceituais para demonstrar a relação semântica entre os termos.

Por conseguinte, Miranda e Caban (2020) propôs a inserção da subclasse 202.5 na CDD, a fim de classificar os assuntos referentes ao Espiritismo. Deste modo, a metodologia de Barité foi utilizada para a remodelação do esquema de classificação, no qual teve como propósito organizar hierarquicamente e apresentar as notações dos termos encontrados no tesouro espírita, bem como na obra de referência da Federação Espírita Brasileira e obras de Allan Kardec. Foram elaboradas as seguintes subclasses para abranger as principais perspectivas da Doutrina Espírita: Aspectos gerais da Doutrina Espírita (202.51); Religião (202.52); Ciência (202.53) e Filosofia (202.54). As subclasses 202.55 a 202.59 estão vagas, no entanto, podem ser ocupadas no futuro com o surgimento de novos assuntos.

Diante do exposto, constata-se que nem todos os assuntos são abordados nos sistemas de classificação bibliográfica, à exemplo da área de Direito, literatura popular e de cordel, raças de coelhos e espiritismo. Desta forma, torna-se importante atualizar tais sistemas de modo a expandi-los com novas terminologias. Assim, tendo base os estudos identificados na literatura da Ciência da Informação, as seções seguintes abordarão conceitos relacionados à economia e ao mercado financeiro que fundamentarão o objetivo geral deste trabalho.

2.2 SISTEMA FINANCEIRO NO CONTEXTO ECONÔMICO

Por muito tempo a história da negociação foi marcada pelo sistema de trocas de mercadorias, que aos poucos esta prática de escambo perdeu espaço devido ao surgimento das moedas. Considera-se que possivelmente esse modelo antigo de comercialização não atribuía valores às mercadorias, uma vez que as pessoas trocavam produtos entre si de acordo com as suas necessidades particulares.

Em contrapartida, cada produto apresenta um tempo de degradação diferente, por conta disso, talvez um produtor poderia ser mais beneficiado em relação ao outro. Consequentemente, surge a necessidade de se estabelecer uma nova forma de intermediação entre pessoas e mercadorias, sendo assim há a probabilidade de as moedas terem sido criadas dentro deste cenário de transição.

Desta forma, com as moedas em circulação possibilitou que as pessoas pudessem atribuir valor aos seus produtos, bem como acumular riquezas. À vista disto, nota-se que não é contemporâneo do ser humano preocupar-se com alternativas para acumular capitais, bem como processos mais simplificados para ascensão do comércio.

Isto posto, observa-se que a presença de discussões acerca da economia está presente na história da humanidade desde o período Antes de Cristo, com o filósofo Platão e seu sucessor Aristóteles. Segundo Mendes (2018, p. 18):

Os antigos filósofos gregos foram os primeiros a escrever sobre os tópicos que seriam chamados coletivamente de "economia". Em *A República*, Platão descreveu a constituição política e social de um Estado ideal, que, segundo ele, funcionaria de modo econômico, com produtores especializados fornecendo produtos para o bem comum. No entanto, seu aluno Aristóteles defendia o conceito do bem privado, suscetível de negociação no mercado. Essas discussões prosseguem até hoje. Sendo filósofos, Platão e Aristóteles viam a economia como uma questão de filosofia moral: em vez de analisar como funcionava um sistema econômico, eles tiveram ideias de como ele devia funcionar.

Logo, as concepções construídas a respeito da economia, bem como suas respectivas funcionalidades tiveram início na Grécia Antiga. Por essa razão, pode ter influenciado o surgimento de muitos estudos a respeito da referente temática.

No que tange compreensão sobre o mercado financeiro, sugere-se que seja realizado primeiramente a absorção de alguns conceitos em torno das atividades econômicas (ASSAF NETO, 2021), visto que "a compreensão da economia permite que se estabeleçam relações entre seus resultados agregados e o desempenho dos vários agentes econômicos que a compõem" (ASSAF NETO, 2021, p. 1). Com isso, admite-se a escassez como um dos principais princípios econômicos, que pode ser capaz de influenciar as intermediações financeiras e distribuições de recursos nos países e entre as pessoas.

Por analogia, as consequências da falta de algum recurso natural passível de comercialização, como o gás natural, pode impactar a economia de um país, ou seja, esse combustível fóssil é considerado por ser não renovável. Mesmo assim, possui diversas aplicações na indústria, residências, termelétricas, comércios e também pode ser utilizado como combustível veicular.

Desta forma, caso sejam esgotadas as reservas de gás natural de um país, este pode ter a necessidade de importar de outra nação, devido à escassez deste produto no seu território. Essa ação pode acarretar no aumento de preços, pois as empresas terão que repassar os custos dos

insumos aos seus consumidores, que, conseqüentemente perdem o poder de compra.

Isso revela que os recursos disponíveis são inversamente proporcionais aos desejos de consumo dos agentes econômicos, no entanto, suas ações particulares são capazes afetar todas as camadas sociais (PESENTE, 2019).

Os fatores de produção também são considerados importantes para o desenvolvimento de novos bens de consumo e promoção da economia. Caso os recursos na natureza fossem ilimitados e pudesse atender a todas as necessidades da população, não se tornaria necessário a alocação dos bens e serviços aos indivíduos. Por sua vez, os bens econômicos são mais utilizados nesse processo de distribuição, pois apresentam um maior grau de escassez e agrega-se valor econômico (ASSAF NETO, 2021). Portanto, diferem-se dos bens livres, que consiste naqueles que não contém valor econômico e estão disponíveis para todos, como a luz solar e o ar.

Visto a existência de recursos finitos na natureza, há outras possibilidades para a produção de bens e serviços, essas estão listadas no Quadro 4, no qual é possível observar os respectivos padrões remunerativos.

Quadro 4. Fatores de produção de bens e serviços

| Fator de Produção | Conceito | Remuneração |
|--------------------------|--|--------------------|
| Terra | Fator de Produção primário. Envolve terras urbanas destinadas para edificações, áreas cultiváveis e produtivas (agricultura e pecuária), e recursos naturais (água, ar, reservas minerais e entre outros). | Aluguéis |
| Trabalho | Fator primário. Considera o tempo dedicado à execução de alguma atividade (capacidade física), e também os conhecimentos utilizados no processo de produção (capacidade intelectual). | Salários |
| Capital | Representado geralmente por bens duráveis utilizados no processo de produção, e capital | Juros |

| | | |
|--------------------------|--|---|
| | financeiro destinado a financiar a produção. | |
| Investimentos Produtivos | Aplicações de recursos de caixa em alternativas produtivas que prometem retornos de forma continuada (empresas). | Lucros |
| Inovação Tecnológica | Substituição de fatores primários de produção por novas tecnologias. Conhecimento como medida de valor. | <i>Royalties</i> e Direitos de Patentes |

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2021).

Esses bens podem ser consumidos em escala desigual de acordo com as necessidades particulares dos indivíduos. Com isso, a preferência por um determinado produto pode substituir a produção de outro bem de consumo.

No que tange a compreensão das intermediações financeiras, existem duas principais classes de agentes econômicos, sendo estes: superavitários e deficitários. A primeira refere-se àqueles que economizam mais do que consomem, portanto geram poupança que podem ser revertidas em rendimentos. Tal fator se opõe à segunda classe, pois os agentes econômicos precisam recorrer a terceiros para quitar suas dívidas, e, conseqüentemente juros de empréstimos podem ser cobrados (PESENTE, 2019). Nesta perspectiva, de acordo com Presente (2019, p. 15):

Foi para suprir essa demanda do mercado que surgiram e desenvolveram-se instituições especializadas em intermediar essas operações. [...] Da mesma forma desenvolveram-se novos instrumentos, sistemas e produtos para organizar, controlar e desenvolver esse mercado. Chamamos este sistema, como um todo, de Sistema Financeiro. Assim, podemos conceituar o Sistema Financeiro como o conjunto de instituições e instrumentos que viabilizam o fluxo financeiro entre os poupadores e os tomadores de recursos na economia. Investimento e poupança constituem o cerne de todo o sistema financeiro. Entende-se por poupança a parte da renda não consumida e, por investimento, a utilização de recursos, próprios ou de terceiros, para ampliar a capacidade produtiva.

Desse modo, é possível observar os fatores que levaram à criação das instituições financeiras, na qual partiu da necessidade de sistematizar a movimentação de bens entre os agentes superavitários e deficitários. Assim, com essas organizações responsáveis pelas transações financeiras, é possível obter um mercado mais estruturado. Devido à importância do Sistema Financeiro Nacional para a economia, este será abordado com mais detalhes a seguir.

2.2.2 O SISTEMA FINANCEIRO DO BRASIL

A regulamentação e estrutura do Sistema Financeiro Nacional está presente na Lei nº 4.595/1964, no qual é composto pelo: Conselho Monetário Nacional; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S. A.; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; demais instituições financeiras públicas e privadas (BRASIL, 1964, ART. 1º).

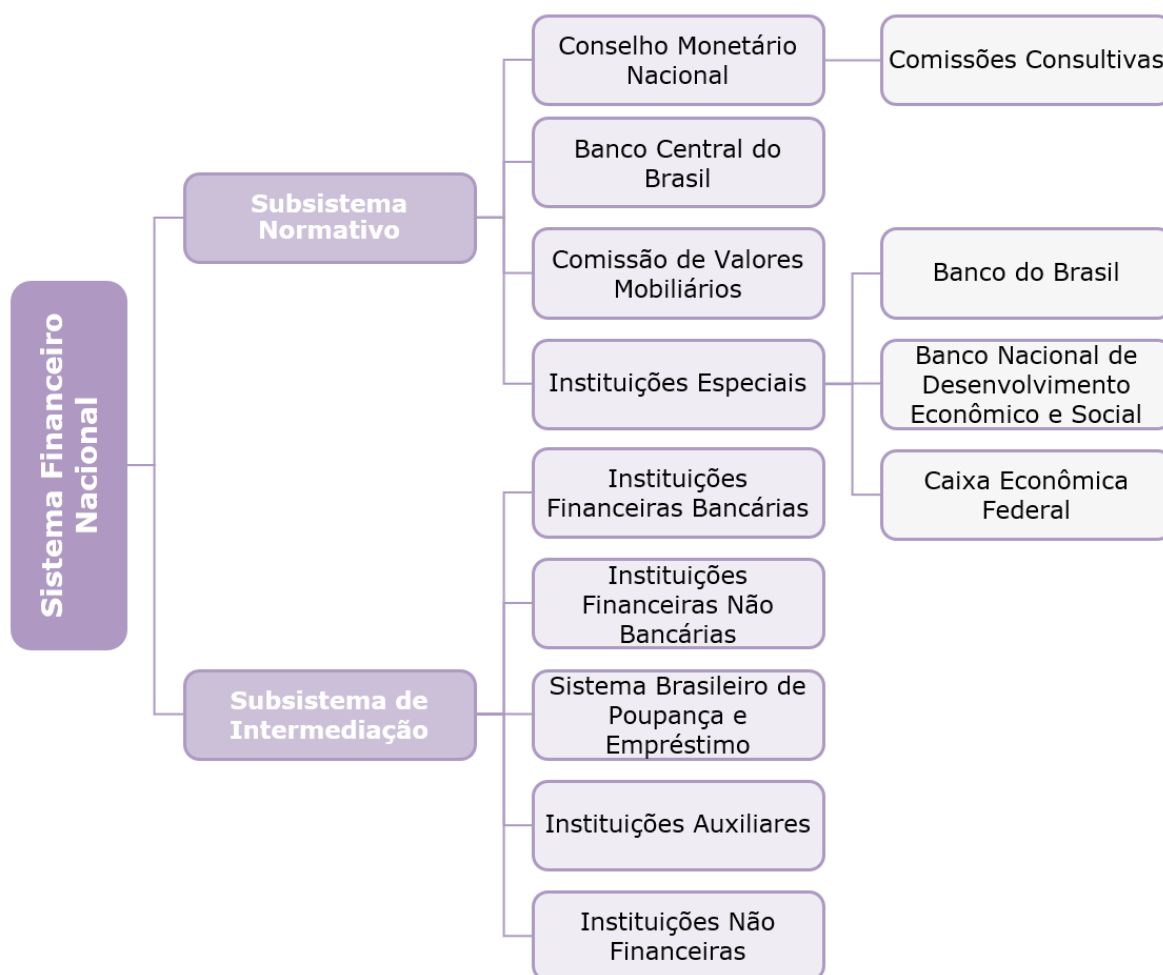
Para tanto, tal sistema pode ser considerado complexo e sua composição abrange diferentes instituições, no entanto, destaca-se o Conselho Monetário Nacional por ser o órgão máximo normativo que possui a “finalidade de formular a política da moeda e do crédito [...] objetivando o progresso econômico e social do País.” (BRASIL, 1964, ART. 2º).

Neste sentido, o Conselho Monetário Nacional elabora normas para coordenar as instituições financeiras, estas por sua vez colaboram com a transferência de bens entre os agentes superavitários e deficitários. Por fim, o conjunto dessas ações são importantes para o desenvolvimento econômico e social do país.

Assaf Neto (2021) divide o Sistema Financeiro Nacional em subsistema normativo e subsistema de intermediação financeira, que pode ser observado na Figura 3. O primeiro refere-se às instituições responsáveis pela regulamentação, fiscalização e estabelecimento de diretrizes, tais como: Conselho Monetário Nacional; Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. O Banco do Brasil, Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal, são instituições consideradas pelo autor como especiais, portanto, também estão inseridas no subsistema normativo. Já o segundo subsistema, refere-se às demais instituições responsáveis pelas intermediações financeiras, que não são necessariamente bancárias, como Bolsa de Valores; Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; Sociedade de Crédito de Financiamento e Investimento e entre outras instituições.

Figura 3. Organograma do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2021).

Além disso, Assaf Neto (2021) classifica as instituições financeiras como bancárias (ou monetárias) e não bancárias (ou não monetárias). A principal característica que distingue ambas categorias é que uma instituição monetária “permite a criação de moeda por meio do recebimento de depósito à vista” (ASSAF NETO, 2021, p. 44). Por outro lado, as não monetárias pela razão de não estarem autorizadas a receber esse tipo de depósito “trabalham basicamente com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, debêntures” (ASSAF NETO, 2021, p. 44).

Deste modo, as instituições financeiras mencionadas no organograma podem apresentar as principais características:

- Conselho Monetário Nacional: órgão máximo normativo, em seu regimento interno previsto no Decreto nº 1.307/1994, é representado pelo Ministro da Fazenda (presidente do Conselho); Ministro do Planejamento e Orçamento e Presidente do Banco Central. Desta forma, além de criarem os instrumentos necessários para a política monetária e cambial, são responsáveis por elaborar diretrizes e normas para o desempenho do sistema financeiro do país, bem como estabelecer critérios para o funcionamento e fiscalização das instituições financeiras (BRASIL, 1994).
- Comissões Consultivas: auxilia o Conselho Monetário Nacional de acordo com os temas que precisam ser discutidos, que podem ser referentes às: Normas e Organização do Sistema Financeiro; Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros; Crédito Rural; Crédito Industrial; Crédito Habitacional; Endividamento Público e Política Monetária e Cambial (BRASIL, 1994).
- Banco Central do Brasil: Trata-se de uma autarquia federal que tem como principal propósito garantir a estabilidade financeira do país, assegurando o poder aquisitivo da moeda. Deste modo, também atua como órgão fiscalizador das demais instituições financeiras, bem como controla as transações de crédito e autoriza o

funcionamento dessas instituições. Além disso, o Banco Central é responsável por coordenar a emissão do papel-moeda.

- Comissão de Valores Mobiliários: Refere-se à uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, na qual se responsabiliza pela elaboração de normas, controle do mercado de valores mobiliários, bem como sua fiscalização. Da mesma forma que incentiva o funcionamento das bolsas de valores, protege os direitos dos investidores de mercado e proprietários de títulos financeiros em oposição às emissões de valores mobiliários ilegais.
- Banco do Brasil: É uma sociedade de economia mista, na qual o Governo Federal detém o controle acionário. Dentre as suas atribuições encontra-se a de ser agente financeiro do Governo Federal, em que exerce atividades referentes à aquisição de tributos e efetuação de pagamentos contidos no orçamento da União. O Banco do Brasil também atua como Banco Comercial pelo fato de desempenhar funções características destas instituições, tais como: transferências bancárias; concessão de crédito; disponibilidade de diferentes meios de pagamento e entre outras. Além disso, adota política de crédito destinado ao agronegócio, mas também para o setor industrial.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Trata-se de uma empresa pública federal encarregada pela elaboração da política de investimentos do Governo Federal, importante para a consolidação do capital das companhias privadas no país. Desta forma, concede financiamento a esses empreendimentos e colabora com a elaboração de projetos que podem originar em parcerias entre o setor público e privado.
- Caixa Econômica Federal: Instituição financeira caracterizada como empresa pública autônoma, ainda assim contribui para aplicação da política pública creditícia. Além disso, financia habitação popular; realiza atividades características de um Banco Comercial; arrecada o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; efetua o pagamento aos

beneficiários de programas sociais e administra as atividades das loterias federais.

- **Instituições Financeiras Bancárias:** Refere-se às instituições autorizadas a receberem depósito à vista dos clientes, ou seja, depósito realizado em conta corrente. Assim, essa permissão é concedida apenas aos bancos múltiplos e comerciais, bem como às caixas econômicas.
- **Instituições Financeiras não Bancárias:** Entende-se como empresas que não recebem depósitos à vista, por isso não são consideradas instituições bancárias. Deste modo, podem negociar ativos não monetários, tais como: debênture; letra de câmbio; ações e entre outras possibilidades.
- **Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE):** Criada a partir do fechamento do Banco Nacional de Habitação, o SBPE possui o propósito de captar fundos provenientes de depósitos de poupança para proporcionar financiamento de imóveis. Deste modo, o sistema é composto pelas caixas econômicas, bancos com carteira de crédito imobiliário, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo.
- **Instituições Auxiliares:** São organizações que negociam as operações de valores mobiliários. Desta forma, podem ser consideradas instituições como a Bolsa de Valores; sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e entre outras organizações.
- **Instituições Não Financeiras:** Remete às empresas comerciais que negociam com seus clientes mediante a duplicatas, cheques e outros meios de pagamentos a prazo. Ainda assim, ressalta-se que pode haver cobrança de juros ao cliente por parte da empresa provedora do recurso.

Visto a estrutura do Sistema Financeiro, compreende-se que o mercado financeiro está integrado dentro deste sistema, pelo fato de

tentar aliar os agentes superavitários, que possuem recursos adicionais, aos agentes deficitários, que dependem desses fundos para satisfazer as suas necessidades. Além disso, existe as instituições que podem intermediar essa transferência de bens e consumo.

Segundo Santos e Santos (2005, p. 104)

O mercado financeiro compreende um grupo organizado de intermediários e instituições de apoio – o Sistema Financeiro Nacional – que fazem convergir os interesses de tomadores e emprestadores, levando o capital a fluir pela economia

Para tanto, o mercado financeiro apresenta algumas funções, tais como: facilitar a transferência de recurso entre os agentes econômicos; possibilidade de gerenciar os riscos envolvidos de um determinado ativo financeiro; incentivar o desenvolvimento de poupadores de dinheiro; permitir a geração de liquidez aos clientes, mediante a depósito realizado nas contas das instituições financeiras e possibilitar a divisão entre administradores de empresa e investidores.

Quanto ao processo de intermediação financeira, Carvalho (2000 *apud* PRESENTE, 2019) considera a existência de duas possibilidades para essa atividade, na qual pode ser tanto intermediada quanto desintermediada.

A principal diferença entre ambas, portanto, decorre do fato da atividade intermediada necessitar de uma determinada instituição para realizar a intermediação entre os agentes econômicos superavitários e deficitários. Desta forma, na atividade desintermediada a negociação ocorre de maneira direta entre os agentes econômicos.

Por outro lado, a permanência das instituições intermediadoras se explica devido a possibilidade de os agentes deficitários encontrarem obstáculos para obter recursos financeiros de forma imediata no mercado. Com isso, essas entidades podem captar o dinheiro de modo mais rápido e eficaz (CLEMENTE; KÜHL, 2006).

Ressalta-se que no decorrer da história o processo de intermediação financeira passou por algumas modificações, desta forma surgiram

diferentes ativos financeiros que demandam tempo, risco e entre outras características que os diferenciam entre si. Devido a esse cenário, pode ter sido a causa que levou a segmentação do mercado financeiro, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4. Segmentação do Mercado Financeiro



Fonte: Presente (2019, p. 24).

À vista disso, entende-se que o mercado financeiro está fragmentado em outros quatro importantes mercados, mas mesmo assim se mantém interligados. Deste modo, as subdivisões do mercado financeiro podem apresentar as seguintes particularidades:

- mercado monetário: destinado a operações de curto e curtíssimo prazo com finalidades de regular a liquidez da economia e envolvendo primeiramente as autoridades monetárias e os intermediários financeiros e posteriormente os demais agentes econômicos;
- mercado de crédito: destinado a operações de curto, médio e longo prazo, com finalidade de suprir necessidades de capital de giro, investimentos e operações correntes de

- todos os agentes econômicos;
- mercado de capitais: apresenta riscos maiores que o mercado de crédito por se tratar de operações sem prazo definido, envolvendo quotas de capital de empresas com finalidade de suprir necessidades de investimentos de alto valor e de longo prazo de retorno;
- mercado cambial: operações diversas com moeda estrangeira. (ROSSETTI, 2002, p. 635 *apud* CLEMENTE; KÜHL, 2006, p.5).

Além da subdivisão do mercado financeiro, o mesmo pode apresentar a possibilidade de operar diferentes produtos financeiros. No Quadro 5 são listados alguns ativos financeiros que podem ser negociados no mercado financeiro, bem como suas respectivas características, a saber:

Quadro 5. Produtos Negociados no Mercado Financeiro

| Categoria | Produto | Características |
|---------------------|--|--|
| Produto de Captação | Depósitos à Vista | Refere-se aos depósitos em conta corrente, no entanto não gera remuneração ao cliente. |
| | Depósitos a Prazo | Títulos de renda fixa cujo rendimento pode ser prefixado ou pós-fixado, mas possui prazo mínimo para retirada o valor investido para que não haja prejuízo ao cliente. |
| | Depósitos de Poupança | Gera remuneração mensal ao cliente de acordo com a data em que foi realizado o depósito. |
| | Letras de Câmbio | Títulos de renda fixa, emitidos pelas instituições para o financiamento de bens de consumo duráveis. |
| | Letras Financeiras | Títulos de renda fixa, emitidos pelas instituições privadas para captação de recursos, mas possuem prazo mínimo de 24 meses para a retirada do valor investido. |
| | Certificados de Depósito Interfinanceiro | Título emitido pelos bancos para a captação de recurso, apresenta curto prazo de liquidez. |

| | | |
|---------------------------------|------------------------------------|--|
| | Ações | Títulos de renda variável, na qual é possível obter uma fração da empresa emissora. Desta forma, o investidor pode ser beneficiado por meio da valorização da empresa, recebimento de dividendos e eventuais bonificações. |
| | Debêntures | Títulos de dívidas emitidos para a captação de recursos, nas quais podem render juros fixos ou variáveis. |
| | Tesouro Nacional | Títulos de renda fixa, emitidos pela União para captação de recursos, cuja remuneração pode ser prefixada ou pós-fixada. |
| Produtos de Empréstimo Bancário | <i>Hot Money</i> | Empréstimo de curto prazo. |
| | Crédito Direto ao Consumidor | Concessão de empréstimo ao cliente para aquisição de bens. Desta forma, o crédito fornecido pode ter acréscimo de juros. |
| | <i>Leasing</i> | Trata-se de um contrato de aluguel de bens duráveis, móveis ou imóveis por um período determinado. |
| | BNDES Automático | Linha de empréstimo do BNDES para financiamento de projetos de investimentos empresariais com valores até R\$150.000.000. |
| | Crédito Rural | Empréstimo concedido para as atividades agropecuárias. |
| Fundos de Investimentos | Fundos de Investimento | Refere-se ao fundo que investe o seu patrimônio diretamente em ativos financeiros, tais como: ações; derivativos; opções e títulos públicos ou empresarias. |
| | Fundos de Investimento em Cotas | Trata-se da aquisição de cotas de outros fundos de investimentos. |
| | Fundos de Investimento Abertos | Possibilita a entrada e saída dos membros ou o aumento na participação dos investimentos. O fundo não apresenta data de vencimento, permitindo o resgate imediato do investimento. |
| | Fundos de Investimento Fechados | Apresenta data determinada para a entrada e saída dos membros. Em caso de desistência do fundo, o mesmo tem que ser transferido para outro investidor antes do seu encerramento. |
| Previdência | Plano Gerador de Benefícios Livres | Plano de previdência sem vínculo com a aposentadoria, com isso o participante pode realizar um único depósito ou contribuir mensalmente. |

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| | Vida Gerador de Benefícios Livres | Seguro de vida, no qual garante a cobertura por sobrevivência. |
|--|-----------------------------------|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseado em Presente (2019).

Assim, observa-se que o mercado financeiro está presente dentro de um sistema complexo, no qual dispõe de diferentes instituições que auxiliam a intermediação dos produtos financeiros disponíveis. Sob outra perspectiva, o processo de análise financeira e de investimentos pode gerar um grande número de informações que necessitam ser organizadas para o melhor gerenciamento de dados.

Segundo Silva e Porto Júnior (2006, p. 430) a existência da informação assimétrica tem potencial de ocasionar “desvantagens para a parte que estiver menos informada, pois a parte mais informada pode utilizar a informação que possui a mais para seu próprio proveito, e isto pode gerar ineficiência econômica.”

Com isso, a informação também apresenta uma grande importância para a economia e sistema financeiro, pois fornece poder de mercado para as pessoas que têm domínio desse assunto. Além disso, é capaz de influenciar as ações realizadas no mercado financeiro.

Portanto, ao observar a estrutura do sistema financeiro e os fatores que podem influenciar o fluxo econômico e desenvolvimento de uma nação, recorre-se à literatura da Ciência da Informação para verificar o modo em que a temática está sendo contemplada pela literatura nacional.

2.2.3 MERCADO FINANCEIRO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A informação no período contemporâneo é considerada uma ferramenta imprescindível para a sociedade atual. Neste cenário, considera-se a forte presença da era da informação nas relações interpessoais do ser humano, tomadas de decisões e nos diversos fatores sociais existentes na sociedade.

A Ciência da Informação possui condições de colaborar com estudos que envolvam a informação no contexto do mercado financeiro, muito em detrimento da sua interface interdisciplinar com outras áreas do conhecimento e sua natureza aplicada, com o objetivo principal de promover e colaborar com as atividades de produção à reutilização da informação.

A característica interdisciplinar da Ciência da Informação decorre da complexidade da informação, na qual exige a aplicação de teorias provenientes de outras áreas do conhecimento. Diante dessa perspectiva, neste ponto são descritos alguns dos estudos nacionais que relacionam a Ciência da Informação com o mercado financeiro.

Desse modo, por meio da pesquisa realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a partir do termo “mercado financeiro”, foi possível recuperar dezesseis estudos, mas que a partir da análise do conteúdo, apenas nove desses documentos foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. Assim, no Quadro 6 é possível identificar os autores utilizados, bem como as palavras-chave utilizadas pelos mesmos, a fim de representarem as suas pesquisas.

Quadro 6. Estudos que relacionam a Ciência da Informação com o mercado financeiro

| N. | AUTOR/ANO | PALAVRAS-CHAVE |
|-----------|------------------|--|
| 1 | Barbosa (1997) | ---- |
| 2 | Carvalho (2008) | 1 Ciência da Informação 2 Mercado de Capital 3 Informação Estratégica 4 Assimetria de Informação 5 Mediação da Informação 6 Análise Mediacional |
| 3 | Cendón (2002) | 1 Informação para negócios 2 Bases de dados |

| | | |
|---|---------------------------------------|---|
| 4 | Cruz e Gomes (2013) | 1 Fluxos informais 2 Capital imaterial 3 Oscilação de preço 4 Boato 5 Mercado de ações 6 Conhecimento tácito |
| 5 | Lizzoni, Feiden e Feiden (2018) | 1 Agricultura familiar 2 Diversificação rural 3 Orçamento 4 Sistema de informação 5 Tomada de decisão |
| 6 | Marcolin et. al (2015) | 1 Tecnologias Móveis 2 Sobrecarga de Comunicação 3 Profissionais Financeiros |
| 7 | Silva e Marques (2021) | 1 Blockchain 2 Cadeia de blocos 3 Setor público 4 Governo 5 Transparência governamental |
| 8 | Silva, Pinheiro e Aguiar Filho (2021) | 1 Bancos 2 Aprendizado 3 Economia do Conhecimento 4 Inovação Digital |
| 9 | Souza (1997) | ---- |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No estudo realizado por Marcolin et. al (2015) foi possível identificar o modo em que os profissionais do mercado financeiro enfrentam a sobrecarga da comunicação proveniente das tecnologias móveis. Uma vez que nas atividades cotidianas desses profissionais, há a necessidade de estarem sempre conectados aos dispositivos móveis, pois as informações são atualizadas constantemente, bem como a oscilação dos preços de alguns ativos financeiros. Após entrevista com 11 profissionais da área, o estudo demonstrou que a frequente utilização dessas ferramentas pode ocasionar algumas consequências, tais como: expectativa por respostas rápidas; mistura do ambiente profissional com o pessoal, devido ao uso de aplicativos de comunicação semelhantes; distrações e necessidade de estar sempre disponível (MARCOLIN et. al, 2015).

Por outro lado, as ferramentas de tecnologia da informação também são capazes de proporcionar benefícios. Lizzoni, Feiden e Feiden (2018)

elaboraram um projeto de Sistema de Informação para auxiliar as tomadas de decisão dos agricultores, no qual deu origem ao aplicativo Planejamento Financeiro Rural (Plafir). Com esse *software*, o agricultor pode articular melhor seus investimentos, verificar rendimentos financeiros, ter acesso mais rápido aos preços dos insumos, simular a produção e analisar os indicadores disponíveis.

Por sua vez, Silva e Marques (2021) identificaram que a tecnologia da informação *blockchain* pode ser utilizada na área do mercado financeiro, bem como contribuir para a transparência governamental e diminuição dos gastos do setor público.

A *blockchain* pode ser considerada como uma cadeia de blocos cujo armazenamento ocorre dentro de um sistema de registro coletivo, pois as informações registradas são compartilhadas com os computadores que estão conectados. Com isso, os dados são criptografados e os registros incorporados normalmente são inalterados. Outra considerável característica refere-se à possibilidade de transações entre os usuários, mas falta regulamentação instituição central (SILVA; MARQUES 2021). De acordo com Lewis et al. (2017 *apud* SILVA; MARQUES 2021, p. 6):

A tecnologia *blockchain* provavelmente será fonte fundamental de inovação futura no mercado financeiro por permitir a criação de registros imutáveis de transações acessíveis por todos os participantes de uma rede. Apesar de todas as aplicações da tecnologia *blockchain* estarem em estágios iniciais de desenvolvimento, os autores defendem que há muitas aplicações promissoras nos mercados financeiros, pois elas têm o potencial de fornecer grandes ganhos de eficiência em negócios, que, atualmente, exigem intermediação dispendiosa.

Quanto às fontes de informações financeiras, estas se associam com a assistência financeira, mas podem possuir problemas referentes ao acesso e interpretação. Para tanto, torna-se imprescindível verificar a procedência da informação antes da sua aplicação, pois um informe errado pode causar enorme perda financeira. À vista disso, Souza (1997) expõe alguns exemplos de fontes de informação financeira no âmbito

nacional e internacional, bem como identifica a disponibilidade dessas nos diferentes suportes existentes.

A preocupação com o acesso a essas fontes de informações é investigada no estudo de Barbosa (1997), sendo analisado o comportamento informacional dos profissionais brasileiros, bem como a frequência para adquirir acesso às informações relevantes. O estudo revelou que os profissionais entrevistados têm preferência por informações relacionadas com o mercado financeiro, economia nacional e política governamental. Tal predileção pode relacionar-se com o cenário agitado da economia nacional vivenciado na época da pesquisa.

Para tanto, as informações financeiras podem ser armazenadas em bases de dados, que por sua vez podem ser recuperadas em bases de dados de negócios. Com isso, segundo Cendón (2002, p. 34) existem “três tipos principais de bases de dados: bibliográficas ou referenciais, de texto completo e fatuais”. A primeira está relacionada com a recuperação de artigos, dissertações, livros e entre outras possibilidades. Já a segunda refere-se à possibilidade de a base apresentar o texto completo, ao invés de apenas citar a obra. Por fim, as bases de dados fatuais normalmente recuperam informações numéricas, tais como: informação financeira; índice de inflação; cotações de títulos mobiliários e entre outras informações relacionadas com a economia e estatística.

Diante dessa perspectiva, Cendón (2002) verifica e descreve as principais bases de dados estrangeiras que podem auxiliar na recuperação de informações sobre o mercado financeiro e economia. Com isso, a autora separa essas bases em dez categorias, mas ressalta que algumas podem se sobrepor.

O Quadro 7 é apresentado para a visualização resumida da classificação sugerida, bem como indicações de algumas bases de dados.

Quadro 7. Bases de Dados Estrangeiras

| Categoria | Característica | Bases de Dados |
|---|--|--|
| Notícias em Geral | São bases de dados de notícias que oferecem textos completos de jornais, revistas, <i>newswires</i> , transcrições de programas de rádio ou TV, e notícias provenientes de bolsas de valores e agências governamentais. | Associated Press; The Gale Group; ProQuest Newsstand™; South American Business Information e Factiva. |
| Informações sobre Empresas e Setores Industriais | Bases de dados referenciais ou de textos completos que incluem indexação de publicações financeiras e industriais divulgadas em revistas acadêmicas ou de negócios, jornais empresariais e em relatórios sobre empresas, mercados e produtos. Insere-se ainda os boletins informativos e comunicados empresariais, pois também são fontes de informação importantes para a área dos negócios. Por meio dessas bases de dados é possível adquirir informações a respeito das organizações e suas respectivas metas. | ABI/INFORM Global™; Gale Group PROMT®; Trade & Industry Database; Gale Group Globalbase™; Business Dateline®; Wilson Business Abstracts; PR Newswire; Business Wire; New Products Announcements e Gale Group Newsletter Database™. |
| Diretórios de Empresas | Nessas bases de dados há informações referentes aos produtos das empresas, linhas de negócios e relatórios das organizações. Desta forma, pode ser utilizada como ferramentas para classificar a dimensão das empresas em seus respectivos setores industriais com o propósito de criar estratégias competitivas mediante a identificação de concorrentes e fornecedores. | Gale Group Company Intelligence®; D&B - International Dun's Market Identifiers™; Dun's Market Identifiers; Harris Business Profiler; Directory of Corporate Affiliations e D&B Global Family Linkage. |
| Informações sobre Produtos | São bases de dados complementares aos diretórios de empresas, desta forma as informações são mais concentradas nos produtos e seus respectivos produtores. | Kompass International Neuenschwander AS; Thomas Register Online e TRADEMARKSCAN®. |
| Informações Biográficas | São bases de dados que fornecem dados de especialistas. | Standard & Poor's Register. |

| | | |
|---------------------------------------|--|--|
| Informações Financeiras | Bases de dados que mostram o desempenho das organizações, por meio dos balanços e demonstrativos financeiros, índices e relatórios com informações pertinentes para analisar a situação da empresa. Desta forma, essas bases de dados são importantes para verificar e comparar a posição das empresas, monitoramento das carteiras de investimento e identificação de tendências. | Dun & Bradstreet; Experian Business Credit Profiles; EDGAR; SEC Online™; Disclosure; Standard & Poor's Corporation; MG Financial/Stock Statistics; Moody's Company Data; Moody's International Company Data; Extel Financial Cards e WorldScope. |
| Informações para Investimentos | Apresentam informações relevantes para o mercado de capitais, cotações de ativos financeiros, notícias sobre o mercado financeiro e análise de investimentos. | Dow Jones Interactive; IDD Information Services; Mergers & Aquisitions; Filings; TFSD Worldwide Mergers & Acquisitions; Insider Trading Monitor™; ABI/Inform e Newsletter Database. |
| Pesquisas de Mercado | Contém relatórios com informações sobre as preferências e comportamento do consumidor. As informações provenientes de pesquisas de mercado podem auxiliar a empresa a criar estratégias e analisar as oportunidades de investimento. | MarketResearch.com; Investext; Key Note Market Research; Datamonitor Market Research e Frost & Sullivan Market Intelligence. |
| Informações Jurídicas | Bases de textos completos cujo conteúdo contempla publicações jurídicas. | LEXIS; WESTLAW e LEGALTRAC. |
| Informações Estatísticas | As bases de dados desta categoria auxiliam na recuperação mais rápida de dados estatísticos, bem como indicadores econômicos e financeiros. | EconBase; Tradstat Plus e Cendata. |

Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseado em Cendón (2002).

Observa-se a existência de diversas bases de dados que podem auxiliar as análises dos profissionais do setor financeiro, do mesmo modo que podem contribuir para criação de estratégias das empresas. Visto que a informação pode gerar vantagem competitiva, a classificação, alinhada com a categorização das bases de dados é capaz de otimizar o tempo na busca dos assuntos nos ambientes digitais.

Silva, Pinheiro e Aguiar Filho (2021) recorrem à literatura para refletirem a respeito do modo em que o aprendizado pode contribuir para a inovação de uma organização do setor financeiro. Constatam que na contemporaneidade o setor financeiro necessita de lançamento de produtos inovadores em um curto período de tempo, pois os clientes estão cada vez mais exigentes. Dessa forma, surge a necessidade dessas instituições financeiras conhecerem os seus clientes para tentar criar opções que melhor atendam as expectativas do seu público alvo. Além disso, empresas terceiras como *fintech* contribuem para promoverem a obtenção de novos conhecimentos e estabelecer vantagem competitiva.

Por outro lado, a utilização ineficaz da informação na análise de investimentos de ativos variáveis pode ser influenciada pelo “efeito manada”, em que

[...] muitas vezes sem nenhum indicador matemático, econométrico, estatístico e/ ou contábil, um grande número de investidores começa a se desfazer de seus investimentos mesmo sem uma razão concreta, muitas vezes baseados em boatos, ou mesmo nos movimentos do mercado. Isto demonstra um “efeito psicológico” provocado por algum tipo de INFORMAÇÃO que é capaz de determinar as decisões antes mesmo dos resultados serem apresentados (CARVALHO, 2008, p. 136).

Devido a essa possibilidade de tomadas de decisões intuitivas decorrentes do surgimento de um boato, Carvalho (2008) propõe a Análise Mediacional que se trata de uma análise de investimentos complementar à Análise Fundamentalista e Análise Grafista. Dessa forma, a nova análise se orienta em base na divulgação das informações estratégicas sobre o mercado financeiro, a partir da divisão da informação em dois grupos: endógenas e exógenas.

A primeira se refere às informações originadas no ambiente interno da empresa, enquanto que o segundo grupo armazena informações de origem externa à empresa. A divisão de Carvalho (2008, p. 141) é apresentada da seguinte forma:

1. Informações Endógenas

- 1.1. Divulgação Contábil de Balanços
- 1.2. Pagamento de Dividendos
- 1.3. Emissão de Papéis
- 1.4. Relações Internacionais
- 1.5. Produção de Petróleo
- 1.6. Aviso ao Mercado
- 1.7. Greve de Petroleiros
- 1.8. Alterações no Consumo
- 1.9. Alterações nos Instrumentos de Mercado
- 1.10. Alterações de Patrimônio
- 1.11. Especulação
- 1.12. Alterações nos Resultados

2. Informações Exógenas

- 2.1. Política Econômica
- 2.2. Movimento dos Juros
- 2.3. Rumores/ Boatos
- 2.4. Especulação
- 2.5. Alteração de Ministros
- 2.6. Decisões Governamentais de Outros Países
- 2.7. Legislação
- 2.8. Decisões Governamentais
- 2.9. Reposicionamento no Mercado
- 2.10. Ação da Banco Central
- 2.11. Explicações
- 2.12. Oscilações nos Mercados Internacionais
- 2.13. Moratórias

O estudo analisou a influência dessas informações na oscilação do preço das ações da Petrobrás S.A. e índice IBOVESPA, cujo período delimitado foi de meados do ano de 1994 a 2006. Para tanto, utilizaram-

se os jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico. A análise indicou a existência da influência da informação exógena na operação desses ativos financeiros.

Por analogia, Cruz e Gomes (2013) realizaram um estudo semelhante para a investigação dos impactos dos boatos na variação dos preços das ações da Petrobrás durante os anos de 2007 a 2011. A escolha da empresa analisada é justificada pelo fato do seu alto volume financeiro durante a delimitação do período. Além da análise do histórico da cotação da ação, foram comparados os comunicados oficiais emitidos pela Petrobrás com as notícias divulgadas pela mídia, sendo constatada a influência dos boatos e comunicados da empresa na variação do preço das suas ações.

Em síntese, as tecnologias da informação têm contribuído significativamente para a análise do mercado financeiro. Porém, ao analisar os estudos teóricos, observa-se que nem sempre essas ferramentas suprem as necessidades informacionais das pessoas. Constata-se que as pesquisas desenvolvidas na Ciência da Informação direcionadas ao mercado financeiro estão relacionadas com a gestão do conhecimento, fontes de informação, mediação da informação e classificação.

Diante o exposto, parte-se para a apresentação da classificação de mercado financeiro na CDD, tendo o objetivo de identificar a estrutura vigente e, com base na fundamentação teórica aqui apresentada, propor uma expansão da Classe 332 mediante a inclusão de novos termos.

3 MERCADO FINANCEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY

Na CDD a Classe 300 está reservada para assuntos referentes às Ciências Sociais, de acordo com a consulta realizada em sua 22ª edição. Pelo fato deste trabalho objetivar a análise da representatividade do mercado financeiro na CDD, buscou-se identificar a classe que mais se aproxima da temática. Assim, verificou-se a Classe 330 na qual corresponde à Economia, porém, escolheu-se a Classe 332 por tratar-se da Economia Financeira, a qual está estruturada da seguinte forma:

332.01-.09 Subdivisões padrão, finanças pessoais, tópicos especiais

- .1 Bancos
- .2 Instituições bancárias especializadas
- .3 Instituições de crédito e empréstimo
- .4 Dinheiro
- .5 Troca de papel comercial e dinheiro de crédito social
- .6 Investimento
- .7 Crédito
- .8 Interesse
- .9 Falsificação e alteração

(DEWEY, 2003, p. 437)

Desta forma, ao analisar a Classe 332 na CDD, identificou-se a ausência de algumas terminologias que representam conceitos e ações que podem ser importantes para o desempenho das atividades acerca do mercado financeiro. Sendo estas: transferências bancárias e meios de pagamentos; empréstimos como *hot money* e *leasing*; plano de previdência; seguro de vida; moedas digitais; criptomoedas; *blockchain*; títulos de dívidas; debêntures; mercado futuro; análises de investimentos;

informações sobre o mercado financeiro; instituições não financeiras; instituições normativas; dentre outras.

Assim, elaborou-se o Quadro 8 para verificar as subclasses que estão vagas no sistema e que se relacionam com os termos mencionados, com o intuito de aproveitá-las para a inserção dos termos que não são possíveis de serem associados às subclasses existentes.

Além de contribuir com a visualização da estrutura da Classe 332, o quadro auxilia na tomada de decisão quanto à seleção das classes que precisam ser expandidas, bem como a verificação das classes que podem ser preenchidas. Deste modo, preserva-se a estrutura da CDD, sendo preenchidas as classes e subclasses vagas no sistema.

Quadro 8. Análise de Expansão da Classe 332 da CDD

| CLASSES | SUBCLASSES | SUBCLASSES VAGAS | SUBCLASSES A EXPANDIR | SUBCLASSES A CRIAR |
|---|--|---------------------------------------|--|--|
| 332.1 Bancos | 332.11 Bancos centrais | 332.13; 332.14; 332.18 e 332.19 | 332.17 Serviços bancários | ---- |
| | 332.12 Bancos comerciais | | | |
| | 332.15 Bancos internacionais | | | |
| | 332.16 Bancos com vários pontos de venda | | | |
| | 332.17 Serviços bancários | | | |
| 332.3 Instituições de crédito e empréstimo | 332.31 Instituições agrícolas | 332.33; 332.36 e 332.39 | 332.37 Bancos trabalhistas e de empregados | ---- |
| | 332.32 Associações de popança e empréstimo | | | |
| | 332.34 Casas de penhora | | | |
| | 332.35 Instituições financeiras de consumo e vendas | | | |
| | 332.37 Bancos trabalhistas e de empregados | | | |
| | 332.38 Funções de crédito e empréstimo das companhias de seguros | | | |
| 332.4 Dinheiro | 332.401-408 Subdivisões padrões e formas e unidades de dinheiro | 332.43; 332.44; 332.47 e 332.48 | 332.401-408 Subdivisões padrões e formas e unidades de dinheiro | 332.43 Finanças públicas |
| | 332.41 Valor do dinheiro | | 332.49 Histórico, geográfico, tratamento de pessoas de dinheiro e política monetária | 332.44 Política |
| | 332.42 Padrões monetários | | | |
| | 332.45 Política cambial | | | |
| | 332.46 Política monetária | | | |
| | 332.49 Histórico, geográfico, tratamento de pessoas de dinheiro e política monetária | | | |
| 332.6 Investimento | 332.62 Corretoras de valores imobiliários | 332.61; 332.68 e 332.69 | 332.63 Formas específicas de investimento | 332.68 Análises de investimentos financeiros |
| | 332.63 Formas específicas de investimento | | | |
| | 332.64 Troca de títulos e <i>commodity</i> ; | | | |

| | | | | |
|--------------------|---|--|--|---|
| | especulação | | | |
| | 332.65 Troca internacional de títulos | | | |
| | 332.66 Investimento bancário | | | |
| | 332.67 Investimentos em indústrias específicas, em tipos específicos de empreendimentos, de investidores específicos; investimento internacional; investimentos guias | | 332.64 Troca de títulos e <i>commodity</i> ; especulação | 332.69 Operações |
| 332.8 Interesse | 332.83 Usura | 332.81; 332.82; 332.85; 332.86; 332.87; 332.88 e 332.89 | ---- | 332.85 Informações sobre o mercado financeiro |
| | 332.84 Desconto | | | 332.86 Instituições não financeiras |
| | | | | 332.87 Instituições normativas |

Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseado em Dewey (2003).

À vista disto, após a identificação desses termos necessitou-se criar novas subdivisões para contemplar esses assuntos. Para tanto, a partir da análise das subdivisões existentes na Classe 332, constatou-se que tais terminologias podem ampliar as seguintes subclasses existentes: Serviços bancários (332.17); Bancos trabalhistas e de empregados (332.37); Subdivisões padrões e formas e unidades de dinheiro (332.401-408); Histórico, geográfico, tratamento de pessoas de dinheiro e política monetária (332.49); Formas específicas de investimento (332.63) e Troca de títulos e *commodity*; e especulação (332.64).

Por outro lado, necessita-se criar novas subclasses para atender os termos identificados. Deste modo, a partir da verificação das subclasses vagas, apresenta-se como proposta a criação das seguintes subclasses: Finanças públicas (332.43); Política (332.44); Análises de investimentos financeiros (332.68); Operações (332.69); Informações sobre o mercado financeiro (332.85); Instituições não financeiras (332.86); e Instituições normativas (332.87).

Desta forma, a proposta de expansão impacta diretamente as subclasses principais referentes à: Bancos (332.1); Instituições de crédito e empréstimo (332.3); Dinheiro (332.4); Investimento (332.6); e Interesse (332.8).

Por conseguinte, a metodologia utilizada baseou-se nos princípios de Barité Roqueta (1990 *apud* MIRANDA; CABAN, 2020, p. 125) para a reestruturação dos sistemas de classificação, sendo esses:

Expansão – são incorporadas e especificadas novas características, novas facetas e subdivisões dos assuntos, se elas forem idealizadas pelo bibliotecário, tendo como fonte um código ou um corpo sistemático de subdivisões externo ao sistema - ou aproveitando subdivisões existentes no próprio sistema;

Atração – opera-se o agrupamento, num dado ponto do sistema, dos diversos aspectos relativos ao mesmo assunto que se encontram dispersos no esquema de classificação;

Integração – procedimento mais generalizado entre os profissionais de classificação quando ocorre a ocupação de notações vagas do sistema por novos assuntos ou conceitos;

Combinação – como o termo denota, dois ou mais procedimentos anteriores são utilizados ao mesmo tempo.

Por meio desta metodologia, considera-se que a proposta de expansão da Classe 332 Economia Financeira se enquadra nos grupos de “expansão”, “integração e “combinação”. Visto que se pretende incorporar novas terminologias e subdivisões que conseqüentemente ocuparão notações vagas presentes no sistema. Portanto, caracteriza-se também por ser de natureza combinatória, pois utiliza dois procedimentos simultâneos.

Diante das análises supramencionadas, a seguir apresenta-se a proposta de reformulação da estrutura da Classe 332, tendo como propósito inserir novos termos referentes ao mercado financeiro no sistema de classificação da CDD.

3.1 PROPOSTA DE EXPANSÃO DA CLASSE 332

Para propor a expansão da Classe 332 da CDD, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica sobre mercado financeiro para analisar os termos que são utilizados pela área e compará-los com a classificação vigente. Tais estudos, além de contribuírem para a verificação dos conceitos, também foram importantes para as construções das seções 2.2 - Sistema Financeiro no Contexto Econômico, 2.2.2 O Sistema Financeiro do Brasil e 2.2.3 Mercado Financeiro e Ciência da Informação.

Além disso, consultou-se a dissertação de Motta (1987), intitulada *Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros*, na qual elabora um tesouro para a temática de Economia. Por meio deste estudo foi possível observar a ausência de termos na CDD para contemplar assuntos referentes ao desenvolvimento econômico, finanças públicas e políticas comerciais, econômicas e fiscais.

Depois da coleta dessas terminologias, foi possível a sistematização dos conceitos em esquemas de classificação, preservando a hierarquia e coordenação presentes na CDD.

Abaixo é descrita a proposta de expansão da Classe 332, em que os termos e subclasses incluídos são dispostos em itálico e sublinhados, de modo a diferenciá-los dos termos e estrutura vigente na 22ª Edição da CDD.

Proposta de expansão da Classe 332

— Proposta de expansão das subclasses existentes:

332.17 Serviços bancários

- .175 Serviços bancários em geral
- .175.2 Depósitos
- .175.22 Contas
- .175.3 Empréstimos
- .175.31 Hot Money
- .175.32 Leasing
- .175.4 Investimentos
- .175.5 Transferência bancária
- .175.51 Transferência Eletrônica Disponível (TED)
- .175.52 Documento de Ordem de Crédito (DOC)
- .175.53 PIX
- .175.6 Emissão de boletos
- .178 Serviços bancários especiais

332.37 Bancos trabalhistas e de empregados

- .371 Plano de Previdência
- .372 Seguro de vida

332.401-408 Subdivisões padrões e formas e unidades de dinheiro

- .401 Filosofia e teoria
- .404 Formas e unidades de dinheiro
- .404.2 moedas de ouro e prata
- .404.3 moedas simbólicas
- .404.4 papel moeda
- .404.5 moedas digitais

.404.6 criptomoedas

.404.61 transações por blockchain

332.49 Histórico, geográfico, tratamento de pessoas de dinheiro e política monetária

.492 Desenvolvimento econômico

.492.1 Renda

.492.2 Riqueza

.492.3 Pobreza

332.63 Formas específicas de investimento

.632 Títulos, imóveis, *commodity*

.632.04 Tópicos especiais de títulos, imóveis, *commodity*

.632.042 Técnicas de avaliação para títulos, imóveis, *commodity*

.632.044 Tipos gerais de títulos

.632.2 Ações

.632.21 Avaliação

.632.22 Preços

.632.220.21 Materiais tabulados relacionados

.632.24 Ações ordinárias

.632.25 Ações preferencias

.632.28 Especulação de ações

.632.283 Opções

.632.3 Títulos

.632.32 Títulos do governo

.632.33 Títulos municipais

.632.34 Títulos corporativos

.632.35 Títulos de dívida

.632.351 Debêntures

332.64 Troca de títulos e *commodity*; especulação

.642 Troca de títulos

.643 Mercados de balcão

.644 Troca de mercadorias

.644.1 Produtos agrícolas

- .644.2 Produtos das indústrias minerais
- .645 Especulação
 - .645.2 Futuros
 - .645.24 Coberturas
 - .645.25 Índice
 - .645.26 Moedas
 - .645.27 Minicontratos
 - .645.28 Mercado à termo
 - .645.29 Commoditys
 - .645.3 Opções
 - .645.7 Derivativos

— **Proposta de criação de Subclasses:**

332.43 Finanças públicas

- .431 Despesa pública
- .432 Receita pública
- .433 Orçamento público

332.44 Política acerca do mercado financeiro

- .441 Política Comercial
- .442 Política Econômica
- .443 Política Fiscal

332.68 Análises de investimentos financeiros

- .681 Análise fundamentalista
- .682 Análise grafista

332.69 Operações de investimentos financeiros

- .691 Day Trade
- .692 Swing Trade

332.85 Informações sobre o mercado financeiro

- .851 Notícias
- .852 Base de dados

.853 Relatórios

.854 Estatística

.855 Informações para investidores

.856 Pesquisa de mercado

.857 Informações jurídicas

332.86 Instituições não financeiras

.861 Fintech e startups

332.87 Instituições normativas

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da necessidade de verificar a representação do mercado financeiro nos sistemas de classificação bibliográfica. Desta forma, objetivou-se a expansão da representação de mercado financeiro na Classificação Decimal de Dewey (CDD), mais especificamente da Classe 332 dedicada à Economia Financeira.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de buscas em diversas bases de dados para obtenção de materiais bibliográficos correspondentes à temática abordada. Esta etapa também foi importante para a identificação de terminologias utilizadas no contexto do mercado financeiro e que contribuíram para o desenvolvimento da proposta de expansão. Outro aspecto que pode ser evidenciado em relação à pesquisa bibliográfica, trata-se da quantidade limitada de estudos na Ciência da Informação brasileira que abordam questões ligadas ao mercado financeiro.

A análise da Classe 332 na 22ª Edição da Classificação Decimal de Dewey revelou que muitos assuntos pertencentes ao mercado financeiro não estavam contemplados. Como resultado, constatou-se que cerca de cinquenta termos relacionados ao mercado financeiro podem ser inseridos neste sistema, conforme a proposta de expansão apresentada. De forma prática, esses assuntos podem ampliar as seguintes subclasses existentes: Serviços bancários (332.17); Bancos trabalhistas e de empregados (332.37); Subdivisões padrões e formas e unidades de dinheiro (332.401-408); Histórico, geográfico, tratamento de pessoas de dinheiro e política monetária (332.49); Formas específicas de investimento (332.63) e Troca de títulos e *commodity*; e especulação (332.64).

Além disso, houve a necessidade de preencher subclasses vagas no sistema, de modo a melhor organizar as terminologias identificadas. Idealmente, foram propostas as seguintes subclasses: Finanças públicas (332.43); Política (332.44); Análises de investimentos financeiros

(332.68); Operações (332.69); Informações sobre o mercado financeiro (332.85); Instituições não financeiras (332.86); e Instituições normativas (332.87). Portanto, a proposta possibilitou a ampliação de seis subclasses existentes e criação de outras sete subclasses.

Considera-se que a proposta de expansão ora apresentada pode contribuir com futuras atualizações da CDD, visto que as mesmas apresentam termos que são usualmente utilizados por especialistas no mercado financeiro, bem como economia financeira.

Em suma, este trabalho evidencia a importância da classificação para a organização do conhecimento, bem como aborda de forma cronológica os principais sistemas de classificação bibliográfica com ênfase na CDD, na qual foi escolhida para análise e proposta de expansão da Classe 332. Pelo fato da literatura da Ciência Informação apresentar poucos estudos relacionados com o mercado financeiro, observa-se a oportunidade da Ciência da Informação contribuir com essa área por meio de pesquisas futuras, sobretudo, acerca da representação da informação, mediação e gestão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. V.; BRUNA, D.; SALES, W.N. Classificação: Uma Análise Comparativa entre a Classificação Decimal Universal – CDU e a Classificação Decimal de Dewey – CDD. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n.2, p.31-42, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56243>. Acesso em: 31 mar. 2022.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação** [online]. 2009, v. 38, n. 1, p. 86-108. out. 2009. ISSN 1518-8353. DOI: [10.1590/S0100-19652009000100006](https://doi.org/10.1590/S0100-19652009000100006). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/dm8qtBfrP44pjs46WGJsSwr/?lang=pt>. Acesso em 16 mar. 2022.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. Barueri [SP]: Atlas: Instituto Assaf, 2021, 15. ed. 390 p.

BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969, 441 p.

BARBOSA, R. R. Acesso e necessidades de informação de profissionais brasileiros: um estudo exploratório. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36696>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.307, de 9 de novembro de 1994**. Aprova o regimento interno do Conselho Monetário Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1307.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.307%2C%20DE%209,%C2%A7%206%C2%B0%20do%20art. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001. 133 p.

CARVALHO, R. B.; MATTOS, F. Análise mediacional: uma contribuição da ciência da informação para o mercado de capitais. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91324>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 8 ed. 698 p.

CENDÓN, B. V. Bases de dados de informação para negócios. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, 2002. DOI: [10.18225/ci.inf.v31i2.958](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v31i2.958). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55800>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CLEMENTE, A.; KÜHL, M. R. **Intermediação financeira no Brasil**: influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação. *IN*: VI Congresso Controladoria e Contabilidade. [S.l.: s.n.], 2006, 14 p. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/236.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

CRUZ, F. M.; GOMES, M. Y. F. S. F. A influência dos boatos no mercado de ações: um estudo de caso com a Petrobrás. **Transinformação**, v. 25, n. 3, p. 187-193, 2013. DOI: [10.1590/S0103-37862013000300001](https://doi.org/10.1590/S0103-37862013000300001). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/117943>. Acesso em: 25 fev. 2022.

DEWEY, M. Dewey Decimal Classification and relative index. 22. ed. Dublin, Ohio: OCLC, 2003. 4v.

JAMIL, G. L.; NEVES, J. T. R. A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação. **Perspectivas em**

Ciência da Informação, [S.l.], v. 5, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/11>. Acesso em: 04 mar. 2022.

LANGRINGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 120 p.

LIZZONI, L.; FEIDEN, A.; FEIDEN, A. Plafir: aplicativo web para planejamento financeiro rural. **Biblios (Peru)**, n. 73, p. 91-104, 2018. DOI: [10.5195/biblios.2018.451](https://doi.org/10.5195/biblios.2018.451). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/110446>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MARCOLIN, C. B. et al. A mobilidade e a sobrecarga de comunicação nos profissionais do mercado financeiro: quanto mais, melhor?. **Prisma.com (Portugual)**, n. 29, p. 66-94, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71620>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MENDES, C. S. **O livro da economia**. São Paulo: Globo, 2018, 2 ed. 352 p.

MIRANDA, M. L. C.; CABAN, F. M. Proposta de expansão da classe espiritismo na classificação decimal de dewey. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, p. 107-132, 2020. DOI: [10.21728/logeion.2020v7n1.p107-132](https://doi.org/10.21728/logeion.2020v7n1.p107-132). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148140>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MOTTA, D. F. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros**. 1987. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://eocci.uff.br/wp-content/uploads/sites/319/2020/09/DissertacaoDilzaMotta.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MUCHERONI, M. L.; FUSCO, E. **Plataforma de apoio à inovação baseada em agentes inteligentes semânticos**: a interdisciplinaridade de modelos computacionais e informacionais. *In*: XVII Encontro Nacional

de Pesquisa em Ciência da Informação. Bahia, 2016, 21 p. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3834>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PEREIRA, E. N. et al. Classificação bibliográfica: as diversas contribuições para o tratamento da informação. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, XV. Anais... Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6173>. Acesso em: 17 mar. 2022.

PRESENTE, R. **Mercados Financeiros**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019. 119 p.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983, 2 ed. 221 p.

SANTOS, J. O.; SANTOS, J. A. R. Mercado de capitais: racionalidade versus emoção. São Paulo: **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 37, p. 103 – 110, jan./abr. 2005. ISSN 1808-057X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/cDR5ypnwd4F35hnhCvvM8Wv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, E. C. C. E.; MARQUES, R. M. Blockchain no setor público: uma revisão sistemática de literatura. **AtoZ**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2021. DOI: [10.5380/atoz.v10i3.79903](https://doi.org/10.5380/atoz.v10i3.79903). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/163881>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, E. D. P. E.; PINHEIRO, M. M. K.; AGUIAR FILHO, A. S. A economia do conhecimento e a inovação digital no setor financeiro. **Informação & Informação**, v. 26, n. 2, p. 205-230, 2021. DOI: [10.5433/1981-8920.2021v26n2p205](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n2p205). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/164176>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, E. N.; e PORTO JÚNIOR, S. S. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. São Paulo: **Economia Aplicada**, v. 10, n. 3, p. 425-442, jul./set. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecoa/a/knXTWDsxrgBJg56cXjtRfZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOUZA, T. F. C. Fontes de informação financeira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37836>. Acesso em: 28 fev. 2022.

TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da cdd e da cdu. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 140-157, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16854>. Acesso em: 28 abr. 2022.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. B. Classificação: uma operação inerente às linguagens documentárias?. **DataGramZero**, v. 16, n. 3, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8195>. Acesso em: 16 mar. 2022.